Município de Macapá
Diário Oficial

DECRETO Nº 526, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1991

Macapá - Amapá - 07 de outubro de 2026 - Nº 5390

PREFEITURA DE MACAPÁ

Pedro dos Santos Martins
Prefeito de Macapá, em exercício

Mario Rocha de Matos Neto
Vice-Prefeito de Macapá

Rui Ferro dos Santos
Secretário Municipal do Gabinete Civil

Nilzelene de Sá Galeno
Procuradora Geral do Município - PROGEM

Tarcizio Patrick da Silva Marques
Corregedor Geral do Muncípio - CORGEM

Jose Claudio Vilhena dos Santos
Comandante da Guarda Civil Municipal de Macapá - GCMM

SECRETARIAS / SECRETÁRIOS

Charles Elson Miranda Nascimento
Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAG

Marcelo Moraes dos Santos
Secretaria Mun. de Articulação Institucional - SEMAI

Josely da Silva Nascimento
Secretaria Mun. de Assistência Social -- SEMAS

Joyce de Freitas Ferreira
Secretaria Municipal de Comunicação Social - SEMCOM

Jose Raimundo de Oliveira Cordeiro
Secretaria Mun. de Direitos Humanos e Cidadania- SEMDHC

Marilene Silveira Natividade
Secretaria Ext. Municipal de Desenvolvimento Integrado - SEMDI

Karina Alfaia de Azevedo
Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Lara Shalita Araujo Amorim
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMEL

Rainize Marques da Silva
Secretaria Municipal da Família - SEMFA

Jose Harlam Fernandes Aguiar
Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI

Jamaira da Silva Ferreira
Secretaria Municipal de Governo - SEGOV

Gisele Fernandes de Oliveira
Secretaria Municipal de Gestão - SEMG

Savio Nunes Bordalo
Secretaria Mun. de Habitação e Ordenamento Urbano - SEMHOU

Denize do Carmo Colares Ferreira
Secretaria Municipal da Mulher - SEMMU

Jonattas Matheus Miranda da Silva
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Des. Sust. e Postura Urbana

Jose Maria Goes da Silva Filho
Secretaria Municipal de Mobilização e Participação Popular - SEMMPP

Silvia Letícia da Silva Luz Martins
Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura Urbana - SEMOB

Diego Anderson Caldas Paula
Secretaria Municipal de Plan. Orçam. e Tec. da Informação - SEMPLA

Renilda Nascimento da Costa
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

Aline Monique Façanha Medeiros
Secretaria Municipal do Trabalho, Desenv. Econ. e Inovação

Jordhan Rafael Maia da Silva
Secretaria Municipal da Juventude

Secretaria Municipal de Transparencia e Controladoria - SEMTC

Jefferson Roney Oliveira da Silva
Secretaria Municipal de Vigilância em Saúde - SEMVS

Gisvando Ferreira de Carvalho
Secretaria Municipal de Zeladoria Urbana - SEMZUR

AUTARQUIAS

Eden Quaresma Barbosa
Diretor(a) Presidente da Macapá Previdência - MACAPAPREV

Maria Elisia Carmo Silva
Presidente do Instituto Municipal de Política Promoção de Igualdade Racial - IMPROIR

Manuele Costa Flexa
Diretora Presidente do Inst. Municipal de Turismo - MACAPATUR

COMPANHIAS

Michel Nascimento Braz
Diretor Presidente da Cia. de Transito e Transp. de Macapá - CTMAC

Alexander Bruno Matos dos Santos
Presidente da Cia. de Iluminação Publica, Energia Sustentavél e Saneamento - CIPEMAC

EMPRESAS PÚBLICAs

Lana do Socorro Dias Picanço (Liquidante)
Diretora Presidente da EMDESUR

FUNDAÇÕES

Samanta Rangel Gaspar Ponte
Diretor(a) Presidente da Fundação Bioparque da Amazônia

Alegna Teixeira Nazario Greidinger Modesto
Diretora Presidente da Fundação Municipal de Cultura - FUMCULT

REPRESENTAÇÃO

Mauro Dias da Silveira Junior
Representante Mun. em Brasilia

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município - DOM, é publicado regularmente com data e numeração sequencial no endereço:

https://macapa.ap.gov.br/diarios-oficiais/

A divisão de Imprensa Oficial do Município da Coordenadoria de Logística e Secretaria Municipal de Gestão é responsável de receber diariamente as matérias vias sistema 1DOC, encaminhadas pelos titulares dos órgãos e entidades do Município de Macapá para o Gabinete do Secretário de Gestão.

Para atender o regulamento do programa utilizado para a publicação do D.O.M., as matérias encaminhadas serão recebidas até as 17:00 horas dos dias úteis e deverá obrigatóriamente obedecer as seguintes medidas: fonte Arial em negrito com 8 cm de largura, para duas colunas e 17 cm de largura para uma, nas especificações de balanços, tabelas e quadros.

SEMSA

PORTARIA Nº 619/2026 – SEMSA

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 228, incisos I, III, IV e V da Lei Orgânica do Município e pelo Regime Interno da Secretaria Municipal de Saúde e Decreto nº 0313/2002 - PMM, e finalmente o que consta nos autos do Decreto nº 01488/2005-PMM, datado de 25 de julho de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Provimento Efetivo e Cargo em Comissão do Município de Macapá – Prefeitura Municipal, lotados na Secretaria Municipal de Saúde/SEMSA, no período de 01 a 30 de agosto de 2026.

Servidor: **ABIMAEL FORTUNATO CIRILO**
Matrícula: 00895911
Categoria Funcional: MOTORISTA OFICIAL
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ADAILSON DA SILVA CAMELO**
Matrícula: 02346801
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo:2026

Servidor: **ADRIELLY LIMA DE SOUSA**
Matrícula: 00741281
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ADSON MILK CASTILO DE SOUSA**
Matrícula: 00060436
Categoria Funcional: BIOMEDICO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ALEXANDRE PICANCO TORRES**
Matrícula: 03984971
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ALINE CORDEIRO OLIVEIRA**
Matrícula: 03986161
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ALINE GUEDES DA COSTA**
Matrícula: 00185891
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANA CAROLINA DE ALENCAR BECKMANN**
Matrícula: 02398281
Categoria Funcional: TERAPEUTA
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANA CLAUDIA DOS SANTOS MELO**
Matrícula: 00558321
Categoria Funcional: MERENDEIRO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANA MARIA LIMA SOUZA**
Matrícula: 00819731
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANA MARIA MONTEIRO DE SOUZA**
Matrícula: 017461411
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANA OLIMPIA LOPES FERREIRA**
Matrícula: 00581651
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANA PAULA RODRIGUES MONTEIRO**
Matrícula: 00749771
Categoria Funcional: AGENTE DE ENDEMIAS
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANDERSON CLEYTON DE LIMA ROCHA**
Matrícula: 00885521
Categoria Funcional: MONTEIRO OFICIAL
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANDERSON MAGAVE MORAES**
Matrícula: 01720061
Categoria Funcional: AGENTE DE ENDEMIAS
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANDREA DORIA PEREIRA**
Matrícula: 02358301
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANDREI CARDOSO VIEIRA**
Matrícula: 02342811
Categoria Funcional: ENFERMEIRO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANDREZA CRISTINA DE LIMA RAMOS**
Matrícula: 01035001
Categoria Funcional: TECNICO DE ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANDRIELLY BARROS SILVA**
Matrícula: 00181201
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANGELA LUCIA MONTEIRO CASTILO**
Matrícula: 01719561
Categoria Funcional: AGENTE DE ENDEMIAS
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANGELINA CARMO DA SILVA**
Matrícula: 02403541
Categoria Funcional: ENFERMEIRO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ANTONIO JOSE PEREIRA QUARESMA**
Matrícula: 00899661
Categoria Funcional: FARMACEUTICO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ARTUR MENDES COSTA**
Matrícula: 02359201
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **AURICELI DE OLIVEIRA LOPES**
Matrícula: 01754041
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **BRENDA LACERDA GOMES**
Matrícula: 00062289
Categoria Funcional: ASSISTENTE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **CARMEN LUCIA BATISTA CPRREA**
Matrícula: 01756841
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **CLEDMILSON MARTINS DOS REIS**
Matrícula: 01720811
Categoria Funcional: AGENTE DE ENDEMIAS
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **CLEIDE ALVES DE SOUZA**
Matrícula: 01789771
Categoria Funcional: AGENTE DE ENDEMIAS
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **CLEISON NONATO GONCALVES**
Matrícula: 00791621
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **CLEONICE CARVALHO DE ALBUQUERQUE**
Matrícula: 01066151
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **CRISTIANE MACHADO DE SOUZA SAMPAIO**
Matrícula: 03955791
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **DALVA MARIA DO NASCIMENTO**
Matrícula: 00570531
Categoria Funcional: AXILIAR DE ARTIFICE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **DAYSE REGINA RODRIGUES MINEIRO**
Matrícula: 02362681
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **DEBORA DE ALMEIDA LIRA DO CARMO**
Matrícula: 00795021
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **DEISIANNE LIMA CASTRO**
Matrícula: 00867541
Categoria Funcional: FARMACEUTICO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **DELMA MOURA RIBEIRO**
Matrícula: 01770241
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **DENIVALDO DE VILHENA DE VILHENA**
Matrícula: 03953741
Categoria AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **DEOLINDA TOMAZ DE BRITO**
Matrícula: 00823171
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **DEUSDETH DO SOCORRO NOGUEIRA**
Matrícula: 02399761
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **DIANE MONTEIRO BITENCOURT**
Matrícula: 02398951
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **DILZA PANTOJA COSTA CORDEIRO**
Matrícula: 02366671
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **EDINALDO DA SILVA SANTOS**
Matrícula: 02384061
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **EDINEY JOSE BENJAMIM DA CUNHA**
Matrícula: 01039691
Categoria Funcional: FARMACEUTICO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ELISANGELA OLIVEIRA DIAS**
Matrícula: 00188991
Categoria Funcional: TECNICO EM LABORATORIO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ELIZIANE RAMOS DIAS**
Matrícula: 00062210
Categoria Funcional: ASSISTENTE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ELQUISON DOS SANTOS OLIVEIRA**
Matrícula: 03987301
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ERICA PATRICIA PAES PEREIRA**
Matrícula: 02368531
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **EURIDICE SANTANA LEAL**
Matrícula: 00745001
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **FATIMA DA CONCEICAO FARIAS**
Matrícula: 00830461
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **FLORSINHA BARBOSA DA SILVA**
Matrícula: 00560301
Categoria Funcional: AUXILIAR DE ARTIFICE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **FRANCILETE SANTOS DA COSTA**
Matrícula: 00852861
Categoria Funcional: AGENTE DE ENDEMIAS
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **FRANCISCO SOUSA TELES**
Matrícula: 02360121
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **FRANCY CLEISE CARVALHO PEREIRA**
Matrícula: 00536601
Categoria Funcional: EDUCADOR SOCIAL
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **FULVIO COELHO SACRAMENTO**
Matrícula: 03987481
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **GERTRUDES DOS SANTOS COSTA**
Matrícula: 00761801
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **GILDETH TELES VIANA**
Matrícula: 01664721
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **HELESON RODRIGUES MIRANDA**
Matrícula: 02347881
Categoria Funcional: ENFERMEIRO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **HELIELSON MEDEIROS DOS SANTOS**
Matrícula: 00177281
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMEIRO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **IDA SAVILLE DOS SANTOS SERRAO**
Matrícula: 02391271
Categoria Funcional: TECNICO EM EMNFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **JACIRA ESTRELA CHUCRE**
Matrícula: 01035191
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **JACKELINE CALAZANS DA CRUZ**
Matrícula: 02383251
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **JADSON CLEBER DOS SANTOS**
Matrícula: 00833051
Categoria Funcional: AGENTE DE ENDEMIAS
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **JANEIDE ARRELIAS PAZ**
Matrícula: 00897961
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **JEANE AZEVEDO CAJADO**
Matrícula: 00171321
Categoria Funcional: ENFERMEIRO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **JOELMA MONTEIRO DOS SANTOS**
Matrícula: 00785061
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **JOELMA ROCHA**
Matrícula: 01793701
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **JO PEREIRA FERREIRA**
Matrícula: 00761471
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **JORGE BATISTA LEITE**
Matrícula: 01791671
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **JOSY JANNE LOPES DA SILVA**
Matrícula: 00173101
Categoria Funcional: FARMACEUTICO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **JOVINA CLAUDIA HENRIQUE DA SILVA**
Matrícula: 00561461
Categoria Funcional: JOVINA CLAUDIA HENRIQUE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **JULIO FRANCA PEREIRA ALVES**
Matrícula: 00702621
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **JULLIANNE DO ROSARIO TUNARI**
Matrícula: 04010561
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **KEILA DE JESUS GOMES LISBOA**
Matrícula: 00792431
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **KELLCY ANNE OLIVEIRA DA CUNHA**
Matrícula: 00218901
Categoria Funcional: TECNICO EM NUTRICAO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **LECILDA BARBOSA ROCHA**
Matrícula: 01787641
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **LIA LOPES DA SILVA**
Matrícula: 03954041
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **LINDOMAR CABRAL DA SILVA**
Matrícula: 01801491
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **LOISE DE FATIMA ALMEIDA**
Matrícula: 03986671
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARCELIA DE PAULA VIANA**
Matrícula: 00704671
Categoria Funcional: NUTRICIONISTA
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARCELO FLEXA DA SILVA**
Matrícula: 00757281
Categoria Funcional: AGENTE DE ENDEMIAS
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARCELO PEDRADA DA COSTA**
Matrícula: 00865501
Categoria Funcional: TEC. EM ADM. PUBLICA
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARCIANE MORAES DOS SANTOS**
Matrícula: 00772911
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARCICLEIDE DA FONSECA RAMOS**
Matrícula: 02391191
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARCIO PANTOJA DOS SANTOS**
Matrícula: 00182951
Categoria Funcional: TECNICO EM LABORATORIO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MSARIA CRISTINA DE ARAUJO**
Matrícula: 01777921
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARIA ELIANA SOUZA PAIVA**
Matrícula: 00944631
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARIA ELIZETE PALMERIM DOS SANTOS**
Matrícula: 02375741
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARIA JOSE AMADOR DOS SANTOS**
Matrícula: 02376041
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARIA JUSELE BRITO FERREIRA**
Matrícula: 00541271
Categoria Funcional: AUXILIAR DE LABORATORIO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARIA RAMILFA TOMAZ DOS SANTOS**
Matrícula: 00547551
Categoria Funcional: AGENTE DE SAUDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARILENE LOBATO FURTADO**
Matrícula: 01773771
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARILIA SOUZA DOS SANTOS**
Matrícula: 03984891
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARINALDO GOMES DE AMORIM**
Matrícula: 00981911
Categoria Funcional: MOTORISTA OFICIAL
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARINEZ FERREIRA DO VALE**
Matrícula: 01752181
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MARLENE DE JESUS GONCALVES BARROS**
Matrícula: 01793371
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MASAHIKO KAWAKAMI JUNIOR**
Matrícula: 02922221
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MAURO GUILHERME ANDRADE DA SILVA**
Matrícula: 01771641
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MAYARA DE SENA NASCIMENTO**
Matrícula: 00172801
Categoria Funcional: ENFERMEIRO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **MOISES FERREIRA DOS SANTOS**
Matrícula: 03954801
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **NEILA DO SOCORRO GEMAQUE**
Matrícula: 01742031
Categoria Funcional: AGENTE DE ENDEMIAS
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **NEULTO DE OLIVEIRA MAGALHAES**
Matrícula: 01783061
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **NUBIA CRISTINA PELAES DA SILVA**
Matrícula: 00929401
Categoria Funcional: PSICOLOGO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **PAULA MOURA DOS SANTOS**
Matrícula: 02344861
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **QUEIZE NASCIMENTO DE MELO**
Matrícula: 02369851
Categoria Funcional: ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **RAFAEL DA SILVA GOMES**
Matrícula: 02345911
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **RAIMUNDA FRANCINEIA BRAZAO RAMOS**
Matrícula: 00824141
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **RAIMUNDA NONATO RIBEIRO DA COSTA**
Matrícula: 00187321
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **RAQUELLE DA COSTA BARBOSA**
Matrícula: 04010481
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **RAYANE FABIOLA AMORIM**
Matrícula: 03986911
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **REINALDO DE CARVALHO MAGALHAES**
Matrícula: 02403381
Categoria Funcional: BIOMEDICO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ROBERTO ANTONIO MACIEL QUARESMA**
Matrícula: 01068871
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ROBSON GONCALVES SABATH FIGUEIREDO**
Matrícula: 02402301
Categoria Funcional: FARMACEUTICO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ROMINIGUE GADELHA DE OLIVEIRA**
Matrícula: 00090911
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ROSA MARIA DE JESUS FERREIRA**
Matrícula: 00837711
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ROSANGELA FRANCA DE SARGES**
Matrícula: 00922821
Categoria Funcional: ENFERMEIRO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **SARINA GUEDES CHERMONT**
Matrícula: 00895161
Categoria Funcional: TEC. EM ADM. PUBLICA
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **SAULO NASCIMENTO DO AMOR DIVINO**
Matrícula: 02371751
Categoria Funcional: FARMACEUTICO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **SAVIO AUGUSTO PADUA DE SOUZA**
Matrícula: 00061030
Categoria Funcional: ENFERMEIRO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **SHIRLEY DAIANE ROSA DOS SANTOS**
Matrícula: 03984461
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **SOLANGE DE ANDRADE LEAL**
Matrícula: 01717431
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **SONIA MARIA PAIXAO PEREIRA**
Matrícula: 01758461
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **SUANE DE JESUS ALBERTO FERNANDES**
Matrícula: 01763201
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **TAMARA DA CRUZ FLEXA**
Matrícula: 02398791
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **TASSIANA MAYLLA FONTOURA**
Matrícula: 02370511
Categoria Funcional: ENGENHEIRO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **TATIANA REGINA DE LINA FRAGOSO**
Matrícula: 00888381
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **THALYTA HELENA VON SCHUSTERCHITZ**
Matrícula: 00171401
Categoria Funcional: ENFERMEIRO
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **VIRGINIA TRINDADE DA SILVA**
Matrícula: 00808291
Categoria Funcional: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
Período Aquisitivo: 2026

Servidor: **ZENEIDE DA SILVA BRAGA**
Matrícula: 03955281
Categoria Funcional: TECNICO EM ENFERMAGEM
Período Aquisitivo: 2026

Art. 2º Está Portaria entra em vigor a partir de 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde, 25 de agosto de 2026.

KAREN DAYANE UCHOA DA LUZ
SUBSECRETARIA DE GESTAO E PLANEJAMENTO EM SAUDE
DECRETO nº773/2026-PMM

Publicado nesta Secretaria Municipal de Saúde, aos 25 dias do mês de agosto de 2026.

PORTARIA Nº 696/2026 - SEMSA

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 228, § 4º, incisos IV e V da Lei Orgânica do Município de Macapá, alterado pelo Art. 8º, § 5º, inciso V e VIII da Emenda à Lei Orgânica Nº 047/2018, Regimento Interno da SEMSA e Decreto nº 680/2026 – PMM, datado de 05 de março de 2026, (Em atendimento à solicitação formal constante no Memorando 51.946/2026)

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora abaixo relacionada para exercer a função de Responsável Técnica Administrativo da Coordenação de Saúde Bucal.

• MÁRCIA LUIZA DOS SANTOS BENTES, CPF: 030.269.632-67, CRBM: Nº 5607, Biomédica, Matrícula: 62901.

Art. 2º. A designação a que se refere esta Portaria não altera o Regime Jurídico do Servidor e nem interfere em sua remuneração, exceto vantagens concedidas à categoria, por força de Lei.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a contar do dia de 06 outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRA-SE E PUBLIQUE-SE.
Gabinete da Secretária Municipal de Saúde, em 06 de outubro de 2026.

RENILDA NASCIMENTO DA COSTA
Secretária Municipal de Saúde de Macapá
Decreto nº 680/2026 – PMM

TERMO DE RETIFICAÇÃO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 228, § 4º, *incisos IV e V da Lei Orgânica do Município de Macapá*, alterado pelo Art. 8º, § 5º, inciso V e VIII da Emenda à Lei Orgânica Nº 047/2018, Regimento Interno da SEMSA e Decreto Nº 680/2026-PMM.
Considerando o 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 044/2025 – SEMSA/PMM, em nome da Empresa GAMA ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 49.614.391/0001-23, publicado no Diário Oficial do Município nº 5370, datado de 09 de setembro de 2026, pág. 04, passará a ter a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
... Valor Global de R$ 17.675.433,68 (um milhão e quatrocentos *e vinte e dois mil e trezentos e quarenta e quatro reais e cinco* centavos).

LEIA-SE:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
... Valor Global de R$ 17.675.433,68 (dezessete milhões e seiscentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).

Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

RENILDA NASCIMENTO DA COSTA
Secretária Municipal de Saúde – SEMSA
Decreto nº 680/2026 – PMM

PORTARIA Nº 597/2026 - SEMSA

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 228, § 4º, incisos IV e V da Lei Orgânica do Município de Macapá, alterado pelo Art. 8º, § 5º, inciso V e VIII da Emenda à Lei Orgânica Nº 047/2018, Regimento Interno da SEMSA e Decreto nº 680/2026 – PMM, datado de 05 de março de 2026, (Em à Solicitação formal constante no Memorando 51.483/2026).

RESOLVE:

Art.1º. Considerando a PORTARIA Nº 552/2026-SEMSA, que designou a servidora LORENA ALVES COUTINHO PIMENTE, Cirurgiã – Dentista, para exercer a função de Responsável Técnica Odontológica, ficam retificada as informações constantes da referida Portaria, conforme segue:

ONDE SE LÊ
Responsável Técnica Odontológica da Coordenação de Núcleos de ações da Saúde Bucal.

- Lorena Alves Coutinho Pimentel, CRO/AP Nº 443, CPF Nº 303.193.818-62, Cirurgiã- Dentista, Matrícula Nº 00063200.

LEIA – SE
Responsável Técnica Odontológica dos Núcleos de Trabalhos da Coordenação de Saúde Bucal.

- Lorena Alves Coutinho Pimentel, CPF Nº 452.608.838-29, Cirurgiã – Dentista, CRO/AP Nº 2358, Matrícula nº 00063221.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 552/2026 – SEMSA.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a contar do dia 06 de abril de 2026, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRA-SE E PUBLIQUE-SE.
Gabinete da Secretária Municipal de Saúde, em 06 de outubro de 2026.

RENILDA NASCIMENTO DA COSTA
Secretária Municipal de Saúde de Macapá
Decreto nº 680/2026 – PMM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2025 – SEMSA/PMM

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MACAPÁ por intermédio da por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde de Macapá), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 18.604.334/0001-30, com sede na Av. Henrique Galúcio, nº 1249, Bairro Central, Macapá-AP, representado neste ato através de sua Secretária a Senhora RENILDA NASCIMENTO DA COSTA, DECRETO Nº 680/2026 - PMM.
CONTRATADA: Empresa VERSÁTIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.855.875/0001-17, situada à Avenida Pedro Américo nº 921, bairro Julião Ramos, CEP nº 68.908-751, Município de Macapá/AP, neste ato representada pelo Senhor FRANCISCO GOMES BARRIGA NETO.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 107 da *Lei nº 14.133/2021*, Parecer Jurídico Setorial nº 241/2026-ASSEJUR/SEMSA/PMM, homologado pela Procuradoria Geral do Município de Macapá - PROGEM/PMM, conforme Processo Administrativo nº 4.332/2026 - SEMSA/PMM – 1DOC.
DO OBJETO: Fica prorrogado através deste Termo Aditivo o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses com início em 29.08.2026 e encerramento em 28.08.2027.
DO VALOR: O valor global do presente Termo de Contrato é de R$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), *perfazendo um valor mensal de R$ 39.166,66 (trinta e nove mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).*
Fica assegurado à CONTRATADA o direito ao reajuste dos valores contratuais, nos termos da Cláusula Décima do contrato, mediante aplicação do índice IPCA acumulado no período correspondente, desde que atendidos os requisitos contratuais e legais para sua concessão.
O reajuste será formalizado através de Termo de Apostilamento, mediante requerimento da CONTRATADA, não integrando os valores estabelecidos no presente Termo Aditivo.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ação: Manut. dos Rec. Humanos e Mat. a Dis. da Sec. De Saúde de Macapá; Programa de Trabalho: 10.122.0023.2.103; Elemento de Despesa: 33.90.39; Fonte: 1500100200.
Ação: Manut. de Serviços e Programas da Atenção Básica; Programa de Trabalho: 10.301.0020.2.108; Elemento de Despesa: 33.90.39; Fonte: 1600000000.

Macapá - AP, 28 de agosto de 2026.

KAREN DAYANE OCHOA DA LUZ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA/PMM, Em Exercício
PORTARIA Nº 223/2026 – GABI/PMM
CONTRATANTE

FRANCISCO GOMES BARRIGA NETO
VERSÁTIL LTDA.
CNPJ sob nº 13.855.875/0001-17
CONTRATADA

SEMTC

PORTARIA Nº 025/2026-SEMTC

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA DO MUNICIPIO DE MACAPÁ no uso da sua competência que lhe foi delegada pelo Art. 228, § 5º e seus incisos da Lei Orgânica do Município de Macapá, cumulado com o artigo 44, inciso VII, da Lei Complementar Municipal de nº 136/2020 e inciso XI, do Art. 5º do Decreto nº. 1.264/2006-PMM, que dispõe sobre o regimento interno do Município de Macapá.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 03/11/2026 à 03/12/2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026 para a servidora **EDNA FERREIRA RUFINO,** pertencente ao Quadro de Provimento em cargo efetivo do Município de Macapá – PMM, matrícula nº 00178761 – PMM, lotada na Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria - SEMTC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, a contar de 03 de novembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Macapá-AP, 22 de setembro de 2026.

CALEB GARCIA MEDEIROS
Subsecretário de Auditoria
Decreto nº 2.913/2026-PMM

SEMED

PORTARIA Nº 458/2026 – SEMED/PMM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 228, IV e V, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e considerando o disposto no Art. 2º do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, bem como o teor do Memorando nº 50.400/2026 – 01 Doc.,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR a viagem realizada pelo servidor PEDRO LUCAS DE ABREU AMARAL, Assessor de Comunicação, ao Distrito do Pacuí, no dia 12 de setembro de 2026, com deslocamento de ida e retorno realizados na mesma data, totalizando 01 (um) dia, mediante transporte terrestre, para cumprimento de atividade de interesse desta Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A presente Portaria tem por finalidade homologar e regularizar administrativamente a viagem realizada pelo servidor na data mencionada no artigo anterior, para os devidos registros e providências administrativas.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, observadas a disponibilidade orçamentária e as normas legais vigentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos administrativos referentes à viagem realizada em 12 de setembro de 2026.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Macapá-AP, 06 de outubro de 2026.

KARINA ALFAIA DE AZEVEDO
Secretária Municipal de Educação - SEMED
Decreto nº 738/2026 - PMM

PORTARIA Nº 456/2026 – SEMED/PMM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 228, inciso IV da Lei Orgânica do Município e, considerando o Art. 2º, do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação - SEMED e o que constam no Memorando nº 47.999/2026 – 1DOC.

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a servidora NOEMIA VITORIA BAIA BRITO GOMES, Assistente, matrícula: 061974, Decreto nº 4.674/2026 - PMM, para exercer a função de Fiscal do Contrato com o Instituto Inova; Número do Contrato: 024/2023 e processo administrativo: 4649/2025.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor a contar de 01/09/2026, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO em Macapá-AP, 15 de setembro de 2026.

KARINA ALFAIA DE AZEVEDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Decreto nº 738/2026 PMM

PROGEM

ERRATA

JUSTIFICATIVA Nº 008/2025 – DAF/PROGEM

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Macapá, por intermédio da Procuradoria-Geral do Município, CNPJ nº 05.995.766/0001-77, situada na Av. FAB, nº 840, Centro, Macapá/AP, representada pela Procuradora-Geral do Município de Macapá (Contratante), Sra. **ANA DIANDRA FONTOURA MOREIRA**, conforme Decreto nº 5.437/2025 - PMM.

CONTRATADA: Projuris ADV Sistemas S.A., CNPJ nº **28.687.849/0001-02**, com sede na Avenida Luiz Boiteux Piazza, nº 1302, Lote 89, Bairro Cachoeira do Bom Jesus, Florianópolis/SC, CEP 88.056-000.

Onde se lê:

(...) ADJUDICADO: PROJURIS ADV TECNOLOGIA JURÍDICA LTDA – CNPJ nº 00.612.418/0001-70.

Leia-se:

(...) **ADJUDICADO:** PROJURIS ADV TECNOLOGIA JURÍDICA S.A – CNPJ nº 28.687.849/0001-02.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Macapá – AP, 06 de Outubro de 2026.

NILZELENE DE SÁ GALENO
Procuradora-Geral do Município de Macapá
Decreto nº 576/2026 - PMM

PORTARIA Nº 039/2026-PROGEM

INSTITUI, EM CARÁTER TRANSITÓRIO, O REGIMENTO INTERNO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ (PROGEM), DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FLUXO DAS ATIVIDADES JURÍDICAS, ESTABELECE PRAZOS ADMINISTRATIVOS E DÁ OUTRAS

PROVIDENCIAS, ATE A EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR DE ESTRUTURAÇÃO DA ADVOCACIA-GERAL DO MUNICÍPIO.

A PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no exercício das atribuições legais e institucionais;

CONSIDERANDO os arts. 232 e 233 da Lei Orgânica do Município de Macapá, com a redação conferida pela Emenda à Lei Orgânica nº 060/2026;

CONSIDERANDO que a Advocacia-Geral do Município constitui sistema inerente ao regime de legalidade da Administração Pública Municipal, tendo a Procuradoria-Geral do Município como órgão central de orientação normativa e gestão da atividade jurídica;

CONSIDERANDO a competência exclusiva da Procuradoria-Geral do Município, exercida por seus membros efetivos, para a representação judicial e extrajudicial do Município, consultoria, assessoramento jurídico e demais atribuições estabelecidas na legislação municipal;

CONSIDERANDO as atribuições estabelecidas pela Lei Complementar Municipal nº 095/2012-PMM;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, enquanto não editada a legislação específica prevista pela Lei Orgânica, a distribuição, tramitação e controle dos processos administrativos e judiciais, a atuação consultiva e contenciosa, os procedimentos internos e os respectivos prazos;

CONSIDERANDO, como parâmetros de organização administrativa, eficiência e racionalização do serviço jurídico público municipal;

RESOLVE:

REGIMENTO INTERNO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E PRINCÍPIOS

Art. 1º Este Regimento disciplina, em caráter transitório e até a entrada em vigor da lei complementar específica da Advocacia-Geral do Município, a organização funcional, os procedimentos, os fluxos administrativos e jurídicos e os prazos internos da Procuradoria-Geral do Município de Macapá (PROGEM).

§ 1º O presente Regimento possui natureza organizacional e procedimental, não podendo criar cargos, funções, vantagens, atribuições incompatíveis com a legislação vigente ou despesas não autorizadas em lei.

§ 2º A superveniência da lei complementar que disponha sobre a estrutura, organização e funcionamento da Advocacia-Geral do Município implicará a adequação deste Regimento às suas disposições.

Art. 2º A Procuradoria-Geral do Município de Macapá é órgão central de orientação normativa e de gestão da atividade sistematizada da Advocacia-Geral do Município de Macapá, essencial à Justiça e responsável pelo controle interno de legalidade, pela representação judicial e extrajudicial do Município e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico da Administração Municipal.

Art. 3º A atuação institucional observará, especialmente, os princípios da:

I – legalidade;

II – constitucionalidade;

III – impessoalidade;

IV – moralidade;

V – publicidade, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo;

VI – eficiência;

VII – segurança jurídica;

VIII – unidade institucional;

IX – indivisibilidade;

X – independência funcional e técnica;

XI – motivação;

XII – razoável duração dos processos;

XIII – proteção do patrimônio e do interesse público municipal;

XIV – uniformidade da orientação jurídica;

XV – prevenção de litígios;

XVI – economicidade; e

XVII – lealdade institucional ao Município de Macapá.

Art. 4º A atividade jurídica da Administração Direta e Indireta será orientada, coordenada e supervisionada pela Procuradoria-Geral do Município, respeitadas as competências definidas pela Lei Orgânica, pela Lei Complementar nº 095/2012-PMM e pelas demais normas municipais.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL TRANSITÓRIA

Art. 5º Para os fins exclusivamente funcionais e procedimentais deste Regimento, e sem criação de novos órgãos ou cargos, a atividade da Procuradoria-Geral do Município será organizada nas seguintes áreas:

I – Gabinete da Procuradoria-Geral;

II – Consultoria e Assessoramento Jurídico;

III – Contencioso Judicial;

IV – Dívida Ativa e Execução Fiscal;

V – Precatórios e Requisições Judiciais;

VI – Patrimônio, Urbanismo, Meio Ambiente e matérias correlatas;

VII – Pessoal e matéria funcional;

VIII – Licitações, Contratos, Convênios e Parcerias;

IX – Técnica Legislativa e Controle de Legalidade;

X – Apoio Administrativo e Processual.

Parágrafo único. A denominação das áreas previstas neste artigo tem finalidade de distribuição interna de trabalho e não corresponde à criação de cargos, órgãos, gratificações ou unidades administrativas autônomas.

CAPÍTULO II

DO PROCURADOR-GERAL

Art. 6º Compete ao Procurador-Geral do Município, além das atribuições previstas na Lei Orgânica e na legislação municipal:

I – dirigir e representar institucionalmente a Procuradoria-Geral do Município de Macapá;

II – exercer a coordenação superior da Advocacia-Geral do Município;

III – uniformizar a orientação jurídica;

IV – distribuir ou determinar a redistribuição de processos;

V – avocar processos, mediante decisão motivada, quando presente relevante interesse público, necessidade de uniformização jurídica, risco institucional, urgência ou complexidade;

VI – dirimir conflitos internos de atribuição;

VII – estabelecer prioridades institucionais;

VIII – homologar, quando cabível, pareceres e manifestações jurídicas;

IX – atribuir caráter normativo às manifestações jurídicas, observada a legislação;

X – determinar a realização de estudos jurídicos;

XI – expedir resoluções, portarias, instruções, ordens de serviço, recomendações e demais atos administrativos internos;

XII – requisitar documentos, informações e providências aos órgãos municipais;

XIII – designar Advogados do Município para atividades compatíveis com suas atribuições legais;

XIV – supervisionar os sistemas de controle de processos e prazos;

XV – exercer as demais atribuições previstas em lei.

Art. 7º O Procurador-Geral poderá estabelecer grupos de trabalho, comissões e núcleos temporários para matérias específicas, desde que não impliquem criação de cargo, função remunerada ou alteração da estrutura legal.

TÍTULO III

DOS ADVOGADOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º Compete aos Advogados do Município exercer as atribuições previstas na Lei Orgânica, na LC nº 095/2012-PMM e nas demais normas aplicáveis, compreendendo, entre outras:

I – representação judicial e extrajudicial;

II – consultoria e assessoramento jurídico;

III – emissão de pareceres;

IV – análise de legalidade de atos administrativos;

V – cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa;

VI – acompanhamento de precatórios;

VII – elaboração de peças judiciais e administrativas;

VIII – atuação em processos legislativos, quando demandada;

IX – orientação jurídica aos órgãos municipais;

X – prevenção e solução juridicamente adequada de controvérsias.

Art. 9º No exercício de suas atribuições, o Advogado do Município possui independência técnica e funcional, sem prejuízo da observância:

I – da legislação;

II – dos precedentes judiciais vinculantes;

III – das orientações normativas da Procuradoria-Geral do Município;

IV – dos pareceres normativos regularmente aprovados;

V – das deliberações do Conselho Superior, quando aplicáveis;

VI – dos princípios institucionais da Advocacia Pública.

Art. 10. Nenhum membro poderá receber determinação administrativa destinada a impor conclusão jurídica específica em parecer, manifestação ou peça processual em desconformidade com sua convicção técnico-jurídica fundamentada.

TÍTULO IV

DO PROCESSO CONSULTIVO

CAPÍTULO I

DA INSTRUÇÃO

Art. 11. A consulta jurídica deverá ser encaminhada à Procuradoria-Geral do Município por processo administrativo eletrônico devidamente instruído.

Art. 12. O processo deverá conter, conforme a matéria:

I – identificação objetiva da questão jurídica;

II – manifestação do setor técnico competente;

III – documentos indispensáveis;

IV – legislação específica;

V – informações administrativas relevantes;

VI – manifestação orçamentária e financeira, quando necessária;

VII – estudos técnicos, projetos, termos de referência e documentos correlatos, quando cabíveis;

VIII – indicação expressa da urgência e sua fundamentação, quando existente.

Art. 13. Não compete à Procuradoria-Geral do Município substituir a autoridade administrativa ou o setor técnico na produção de elementos de natureza técnica, contábil, financeira, operacional ou de conveniência e oportunidade.

CAPÍTULO II

DO SANEAMENTO

Art. 14. Verificada insuficiência da instrução, o Advogado do Município poderá determinar diligência ou restituição do processo ao órgão de origem.

§ 1º A diligência indicará objetivamente os documentos, informações ou providências necessárias.

§ 2º A expedição de diligência suspende o prazo da manifestação jurídica.

§ 3º O prazo reiniciará pelo período remanescente no primeiro dia útil seguinte ao retorno integralmente saneado do processo.

§ 4º Persistindo deficiência relevante, o processo poderá ser novamente devolvido, mediante fundamentação.

TÍTULO V

DOS PRAZOS ADMINISTRATIVOS

Art. 15. As manifestações jurídicas consultivas deverão ser emitidas nos seguintes prazos:

I – até 7 (sete) dias úteis, nos processos formalmente classificados como urgentes;

II – até 15 (quinze) dias corridos, nos processos ordinários.

Art. 16. O prazo se iniciará no primeiro dia útil subsequente à efetiva distribuição eletrônica do processo ao Advogado do Município.

§ 1º Não se considera distribuição a mera entrada do expediente na caixa geral da Procuradoria-Geral do Município.

§ 2º Considera-se distribuído o processo quando formalmente atribuído ao membro responsável no sistema eletrônico.

§ 3º O vencimento em dia não útil se transfere para o primeiro dia útil subsequente.

Da urgência

Art. 17. A classificação de processo como urgente dependerá de justificativa concreta da autoridade demandante e reconhecimento pelo Procurador-Geral ou autoridade interna por ele designada.

Art. 18. Poderá ser considerado prioritário, inclusive com prazo inferior ao previsto no art. 15, I, mediante decisão expressamente fundamentada do Procurador-Geral, o processo envolvendo:

I – risco de interrupção de serviço público essencial;

II – risco à vida ou à saúde da população;

III – risco de grave dano ao erário;

IV – prazo judicial ou administrativo iminente;

V – risco de prescrição ou decadência;

VI – ameaça relevante à ordem ou segurança pública;

VII – desastre ou grave risco ambiental;

VIII – vencimento contratual iminente que possa comprometer serviço essencial;

IX – cumprimento de determinação judicial urgente;

X – matéria de excepcional interesse público devidamente demonstrado.

Art. 19. A simples aposição das expressões "URGENTE", "PRIORIDADE" ou equivalentes não altera o prazo sem a respectiva fundamentação e classificação.

Da complexidade

Art. 20. Em processo de excepcional complexidade, o prazo poderá ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa registrada nos autos e comunicação à chefia competente.

Parágrafo único. Constituem circunstâncias justificadoras, entre outras:

I – elevado número de documentos;

II – multiplicidade de questões jurídicas;

III – necessidade de exame jurisprudencial específico;

IV – repercussão financeira relevante;

V – necessidade de reunião técnica;

VI – existência de questões jurídicas inéditas ou de elevada complexidade.

Do descumprimento

Art. 21. O membro que verificar a impossibilidade de conclusão dentro do prazo deverá, preferencialmente antes de seu vencimento, registrar justificativa fundamentada.

§ 1º A justificativa deverá indicar:

I – processo;

II – prazo original;

III – motivo objetivo;

IV – providências já adotadas;

V – estimativa de conclusão.

§ 2º A extrapolação injustificada poderá ser comunicada à Corregedoria da Advocacia-Geral do Município, observado o devido processo legal.

TÍTULO VI

DOS PRAZOS INTERNOS DE TRAMITAÇÃO

Art. 22. Ficam estabelecidos, como parâmetros máximos internos:

I – triagem inicial: 1 dia útil;

II – distribuição do processo consultivo: até 2 dias úteis;

III – cumprimento de providência administrativa simples: até 3 dias úteis;

IV – análise consultiva ordinária: 15 dias corridos;

V – análise urgente: 7 dias úteis;

VI – elaboração de informação solicitada

pelo Gabinete: 5 dias úteis, salvo determinação diversa;

VII – análise de pedido de reconsideração: 10 dias úteis;

VIII – encaminhamento do processo após assinatura da manifestação: 1 dia útil;

IX – cadastramento e providência inicial em processo judicial: até 1 dia útil após ciência.

Art. 23. Os prazos judiciais e aqueles fixados por órgãos de controle prevalecem sobre os prazos administrativos deste Regimento.

TÍTULO VII

DO CONTENCIOSO JUDICIAL

Art. 24. Todo processo judicial deverá ser cadastrado e distribuído imediatamente ao membro responsável.

Art. 25. Constitui dever funcional do membro:

I – acompanhar os processos sob sua responsabilidade;

II – controlar prazos;

III – elaborar as peças processuais;

IV – comunicar decisões de relevante impacto;

V – solicitar informações em tempo hábil;

VI – avaliar a necessidade de recurso;

VII – comunicar risco de perda de prazo.

Art. 26. Os órgãos municipais deverão responder às requisições de informações destinadas à defesa judicial no prazo indicado pela Procuradoria-Geral do Município.

§ 1º Não havendo indicação específica, fixa-se o prazo interno de 5 dias úteis.

§ 2º Em matéria urgente, o prazo poderá ser reduzido, desde que compatível com o prazo judicial.

§ 3º A ausência injustificada de resposta deverá ser certificada no processo e comunicada ao titular do órgão.

TÍTULO VIII

DAS DILIGÊNCIAS E REQUISIÇÕES

Art. 27. As requisições expedidas por Advogado do Município no exercício das atribuições institucionais deverão ser atendidas prioritariamente pelos órgãos da Administração Municipal.

Art. 28. Salvo prazo legal ou justificativa específica, a requisição deverá ser cumprida em até 5 dias úteis.

§ 1º Nas hipóteses urgentes, poderá ser estabelecido prazo inferior.

§ 2º A impossibilidade de atendimento deverá ser justificada antes do vencimento.

TÍTULO IX

DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 29. A Procuradoria-Geral do Município manterá sistema de organização e consolidação das manifestações jurídicas relevantes.

Art. 30. Poderão ser submetidas à uniformização:

I – matérias objeto de manifestações divergentes;

II – questões reiteradas;

III – matérias de relevante repercussão;

IV – questões envolvendo múltiplos órgãos;

V – matérias capazes de gerar impacto financeiro significativo.

Art. 31. O Procurador-Geral poderá atribuir caráter normativo a entendimento jurídico, observada a competência do Conselho Superior e a legislação aplicável.

TÍTULO X

DA CORREGEDORIA

Art. 32. À Corregedoria da Advocacia-Geral do Município compete exercer as atribuições previstas na Lei Orgânica e legislação própria, especialmente inspeção, orientação funcional e controle ético-profissional dos membros.

Art. 33. A atividade correicional não poderá interferir no conteúdo da convicção técnico-jurídica regularmente fundamentada pelo membro, ressalvados o dolo, fraude, erro grosseiro ou demais hipóteses previstas em lei.

Art. 34. O controle de produtividade deverá considerar critérios qualitativos e quantitativos, complexidade, volume de processos, atividades judiciais e extrajudiciais e demais atribuições efetivamente exercidas.

Art. 35. Em caráter de transitoriedade, antes da edição da lei específica de estruturação e organização da Procuradoria-Geral do Município, será constituída comissão temporária, dentre os membros da Advocacia Municipal, para apuração de irregularidades ou infrações ético-administrativas, seja mediante sindicância ou PAD.

TÍTULO XI

DO REGIME FUNCIONAL

Art. 36. A organização interna observará as garantias e prerrogativas funcionais previstas na Lei Orgânica e na legislação da carreira.

Art. 37. Os membros efetivos permanecerão em lotação exclusiva na Procuradoria-Geral do Município, ressalvadas as hipóteses juridicamente admitidas de exercício de atribuições institucionais perante outros órgãos.

Art. 38. A jornada será aquela estabelecida pela legislação vigente, admitidas as modalidades presencial, híbrida e remota na forma dos atos regulamentares.

Art. 39. O trabalho remoto não afasta:

I – o cumprimento de prazos;

II – o comparecimento quando convocado;

III – a participação em audiências;

IV – o atendimento de atividades urgentes;

V – a responsabilidade pelos processos distribuídos.

TÍTULO XII

DA GESTÃO ELETRÔNICA DOS PROCESSOS

Art. 40. Todos os processos administrativos encaminhados à Procuradoria-Geral do Município deverão tramitar, preferencialmente, por sistema eletrônico oficial.

Art. 41. A distribuição eletrônica deverá permitir identificação:

I – do responsável;

II – da data e hora da distribuição;

III – do prazo;

IV – da classificação de prioridade;

V – da movimentação processual;

VI – da conclusão.

Art. 42. É dever do membro consultar regularmente os sistemas processuais utilizados pela PROGEM.

TÍTULO XIII

DAS CONSULTAS FORMULADAS PELOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS

Art. 43. A consulta deverá apresentar questão jurídica específica e estar acompanhada dos elementos necessários à sua apreciação.

Art. 44. Não serão objeto de manifestação jurídica:

I – questões exclusivamente técnicas;

II – consultas abstratas sem relação com processo administrativo concreto, salvo determinação do Procurador-Geral;

III – pedido destinado exclusivamente a ratificar decisão administrativa previamente tomada sem apresentação de dúvida jurídica;

IV – consulta desacompanhada de documentação indispensável.

TÍTULO XIV

DOS PARECERES

Art. 45. As manifestações jurídicas poderão assumir a forma de:

I – parecer jurídico;

II – parecer referencial;

III – parecer normativo;

IV – manifestação jurídica;

V – nota técnica jurídica;

VI – despacho jurídico;

VII – informação jurídica;

VIII – cota ou despacho de diligência.

Art. 46. O parecer deverá conter, conforme a complexidade:

I – identificação;

II – relatório;

III – delimitação da questão;

IV – fundamentação;

V – conclusão;

VI – recomendações ou condicionantes.

Art. 47. A conclusão deverá indicar, sempre que possível, de forma objetiva:

I – viabilidade jurídica;

II – inviabilidade jurídica;

III – viabilidade condicionada;

IV – necessidade de saneamento;

V – ausência de elementos suficientes.

TÍTULO XV

DOS PROCESSOS PRIORITÁRIOS

Art. 48. Terão prioridade, independentemente da ordem cronológica:

I – ordens judiciais;

II – processos com prazo legal iminente;

III – processos relativos a serviços essenciais;

IV – medidas destinadas à prevenção de grave dano ao erário;

V – processos relativos a calamidade ou emergência;

VI – matérias determinadas justificadamente pelo Procurador-Geral.

Art. 49. A prioridade não dispensa instrução adequada nem autoriza supressão das exigências legais.

TÍTULO XVI

DA RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS CONSULENTES

Art. 50. Compete ao órgão interessado encaminhar o processo em tempo razoável para análise jurídica.

Art. 51. A demora do órgão consulente no encaminhamento do processo não transfere à Procuradoria-Geral do Município responsabilidade pela urgência artificialmente criada.

Parágrafo único. Sempre que possível, os processos deverão ser remetidos com antecedência suficiente para cumprimento dos prazos estabelecidos neste Regimento.

TÍTULO XVII

DA TRANSIÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 52. Este Regimento possui natureza transitória, vigorando até sua substituição ou adequação à lei complementar específica de estruturação e organização da Advocacia-Geral do Município.

Art. 53. Nenhuma disposição deste Regimento será interpretada como:

I – criação de órgão não previsto em lei;

II – criação ou transformação de cargo;

III – criação de função gratificada;

IV – alteração de remuneração;

V – modificação de requisito de

provimento;

VI – ampliação de competência reservada à lei;

VII – criação de despesa permanente sem autorização legislativa.

Art. 54. Até a instalação e regulamentação definitiva dos órgãos previstos no art. 232 da Lei Orgânica, serão preservadas as competências legalmente estabelecidas, adotando-se as disposições deste Regimento exclusivamente para assegurar continuidade, eficiência e organização do serviço jurídico.

TÍTULO XVIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 55. Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral, observadas a Lei Orgânica, a LC nº 095/2012-PMM e demais normas vigentes.

Art. 56. Poderão ser expedidos atos complementares para disciplinar:

I – distribuição;

II – especialização temática;

III – teletrabalho;

IV – gestão de processos;

V – controle de prazos;

VI – pareceres referenciais;

VII – precedentes administrativos;

VIII – atuação judicial estratégica;

IX – gestão da dívida ativa;

X – precatórios;

XI – funcionamento administrativo.

Art. 57. As disposições deste Regimento não prejudicam as prerrogativas funcionais dos Advogados do Município previstas na legislação.

Art. 58. Revogam-se os atos administrativos internos incompatíveis com este Regimento Interno, preservados os atos praticados e as situações consolidadas sob sua vigência.

Art. 59. Esta Portaria que estabelece o presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá-AP, 6 de outubro de 2026.

NILZELENE DE SÁ GALENO
PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO º 675/2026 – PMM
OAB/AP 644

PORTARIA Nº 040/2026 – PROGEM/PMM

A PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 306/2002 - PMM, nos termos do Art. 228, inciso IV e Art. 232, Lei Complementar nº 136/2020 e o Decreto de Nomeação nº 675/2026 – PMM, ambos da Lei Orgânica do Município, pelo Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Município.

CONSIDERANDO, o requerimento por meio do Memorando nº 20.591/2026 - 1Doc, da servidora **ALBA LUCIA COLARES CALDAS**, matrícula nº 00175401, Categoria Funcional de Advogada Pública do Município de Macapá, lotado na Procuradoria-Geral do Município – PROGEM, correspondente ao período aquisitivo de 2025/2026, **no qual requer concessão de férias**;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, a servidora **ALBA LUCIA COLARES CALDAS,** matrícula nº 00175401, Categoria Funcional de Advogada Pública do Município de Macapá, lotada na Procuradoria-Geral do Município – PROGEM, correspondente ao período aquisitivo de 2025/2026, nos seguintes períodos:

- **03 de novembro a 02 de dezembro de 2026 (30 dias);**

Art. 2º - **Esta Portaria entra em vigor a partir de** 03 de Novembro de 2026, **revogadas as disposições em contrário.**

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Procuradora-Geral do Município de Macapá, 06 de outubro de 2026.

NILZELENE DE SÁ GALENO
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ
Decreto nº 675/2026-PMM

PORTARIA Nº 041/2026 – PROGEM/PMM

A PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 0306/2002-PMM, nos termos do art. 228, inciso IV e art. 232, Lei Complementar nº 136/2020 e o Decreto de Nomeação nº 675/2026 – PMM, ambos da Lei Orgânica do Município, pelo Regimento Interno da Procuradoria Geral do Município.

CONSIDERANDO, o requerimento formulado por meio do Memorando 32.861/2025 – 1Doc, pela servidora **NILZELENE DE SÁ GALENO** matrícula nº 00064041, Categoria Funcional de Advogada Pública do Município de Macapá, lotada na Procuradoria-Geral do Município – PROGEM, solicitando o usufruto da Licença por Assiduidade referente ao quinquênio de 05/2020 a 05/2025;
CONSIDERANDO, a Portaria nº 058/2025 – PROGEM/PMM, que concede Licença por Assiduidade de 45 (quarenta e cinco) dias à referida servidora;
CONSIDERANDO, a Portaria nº 025/2026 – PROGEM/PMM, que Reprograma a Licença por Assiduidade de 45 (quarenta e cinco) dias à referida servidora;
CONSIDERANDO, a Portaria nº 034/2026 – PROGEM/PMM, que Reprograma a Licença por Assiduidade de 90 (noventa) dias à referida servidora.

R E S O L V E:

Art. 1º - REPROGRAMAR A LICENÇA POR ASSIDUIDADE concedida à servidora **NILZELENE DE SÁ GALENO**, matrícula nº 00064041, Categoria Funcional de Advogada Pública do Município de Macapá, correspondente ao quinquênio de maio/2020 a maio/2025, referente ao período: 05 de outubro de 2026 a 02 de janeiro de 2027-(90 dias) para o seguinte período:

- **1º Período: 03 de novembro a 17 de dezembro de 2026 (45 dias)**
- **2º Período: a combinar com a administração.**

Art. 2º - **Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.**

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Procuradora Geral do Município de Macapá, 06 de outubro de 2026.

NILZELENE DE SÁ GALENO
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ
Decreto nº 675/2026-PMM

SEMOB

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº 170//2022 – SEMOB/PMM. EMPRESA MAXXCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA. CNPJ Nº 12.387.832/0001-91. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: Fica prorrogada a execução do Contrato pelo prazo de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir de 04/09/2026 até 04/09/2027. **CLÁUSULA QUARTA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA:** Fica prorrogada a vigência do Contrato pelo prazo de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir de 04/09/2026 até 04/09/2027.

Macapá-AP, 19 de setembro de 2026.

LEONARDO BRUNO CRAVEIRO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana – SEMOB
Decreto nº 814/2026 – PMM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 088/2026-SEMOB/PMM

PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2025– CPL/SCC/SEGOV/PMM. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025-SEMOB/PMM. MEMORANDO Nº 51.457/2026-1DOC/PMM. Empresa CASA URBANA LTDA, CNPJ sob nº 31.710.852/0001-04, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, ADAPTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS EM GERAIS, NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ (REFORMA DA ESCOLA CACILDA FERREIRA VASCONCELOS). Vigência: 12 (doze) meses. Valor: R$ 1.633.583,92 (Um milhão, seiscentos e trinta e três mil, quinhentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 15 122 0019 1.118, Natureza de Despesas: 3.3.90.39.00, Fonte Nº 1500.

Macapá-AP, 06 de outubro de 2026.

SÍLVIA LETÍCIA SILVA DA LUZ MARTINS
Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana
Decreto Nº 7.242/2026-PMM

FUMCULT

PORTARIA Nº 567/2026 FUMCULT/PMM

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE MACAPÁ – FUMCULT, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 12, inciso XII do Estatuto da Fundação Municipal de Cultura de Macapá e tendo em vista o estabelecido na Lei Complementar nº 082/2011- PMM, datada em 03 de outubro de 2011 e, finalmente o que consta das solicitações de Férias dos Servidores.

RESOLVE

Art.-1º Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias para a servidora abaixo relacionada, a contar do dia 03/11/2026 a 03/12/2026.

RITA DE CÁSSIA NASCIMENTO SEABRA
Matrícula:1010648-1
Periodo aquisitivo: 2025

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Diretor-Presidente da FUMCULT/PMM,

Macapá 30 de setembro de 2026

ALEGNA TEIXEIRA NAZÁRIO GREIDINGER MODESTO
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Cultura de Macapá - FUMCULT
Decreto nº 2.385/2026 - PMM

SEMAS

PORTARIA Nº 308/2026 - SEMAS/PMM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 228 e seus Incisos da Lei Orgânica do, 13 de abril de 2022. Município de Macapá, cumulada com o Inciso XI, do Art. 5º do Decreto nº. 1264/2006-PMM, que dispõe sobre o Regimento Interno do Município de Macapá e, ainda, nos termos da Lei Complementar nº. 136/2020-PMM.

R E S O L V E:

Art. 1º- AUTORIZAR A VIAGEM das servidoras Auriane de Jesus Rodrigues Maciel, cargo em função: Sub secretária de Planejamento e Gestão, matrícula: 60893 e como acompanhantes: Edna Charles Vieira Paiva, cargo em função: Diretora do Departamento de Recursos Humanos, matrícula: 60892 e Rutenéa de Lima Amorim, efetivo na função: Servente/Assistente de Recursos Humanos. Matrícula: 95508, que irão participar do Curso Completo de Gestão de Pessoas na Administração Pública, que acontecerá em Boa Viagem/Recife no período de 13 a 18 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, a contar da data de sua assinatura revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Secretaria Municipal de Assistência Social
Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

JOSELY DA SILVA NASCIMENTO
Secretária Municipal de Assistência Social – SEMAS/PMM
Decreto nº 1.161/2026 –PMM

SEC.MUN.GESTÃO

PORTARIA Nº 1632/2026– SECG/PMM

Dispõe sobre a designação da Comissão de Investigação Social do

Concurso Público da Guarda Civil Municipal de Macapá, no âmbito do Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2025 – SEC/PMM e suas retificações.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, na qualidade de Presidente da Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Concurso Público, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2025-SECG/PMM e suas retificações, que regulamenta o Concurso Público destinado, entre outros cargos, ao provimento de vagas para Guarda Civil Municipal de Macapá;

CONSIDERANDO que a Investigação Social constitui etapa de caráter eliminatório do Concurso Público, de responsabilidade do Município de Macapá, destinada à verificação da vida pregressa dos candidatos, mediante análise das certidões e documentos exigidos no respectivo Edital;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Investigação Social, responsável pela execução, acompanhamento e avaliação da etapa de Investigação Social dos candidatos ao cargo de Guarda Civil Municipal, no âmbito do Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2025-SECG/PMM e suas retificações.

Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão:

I – EDSON ABREU E SILVA, Inspetor Civil Municipal, 2ª Classe, matrícula nº 0210321 – Presidente;
II – DANIEL DE SÁ CAVALCANTE, Guarda Civil Municipal, 2ª Classe, matrícula nº 01072471 – Membro;
III – NAZARENA SARMENTO, Guarda Civil Municipal, 2ª Classe, matrícula nº 098507 – Membro.

Art. 3º Compete à Comissão:

I – conduzir e acompanhar os procedimentos relativos à Investigação Social, observadas as disposições do Edital nº 001/2025-SECG/PMM e suas retificações;

II – analisar as certidões, documentos e demais informações apresentadas ou obtidas no curso da investigação, necessárias à verificação da vida pregressa dos candidatos;

III – realizar, quando necessário, diligências e solicitar informações aos órgãos e instituições competentes, observados os limites estabelecidos no Edital e na legislação aplicável;

IV – registrar e manter organizados os atos, documentos e informações produzidos no decorrer dos trabalhos;

V – ao término da Investigação Social, elaborar Ata Conclusiva dos trabalhos, contendo o resultado da análise dos candidatos submetidos à etapa, conforme Edital de abertura de certame e suas retificações, e encaminhá-la à Secretaria Municipal de Gestão – SECG, para conhecimento e adoção das providências relativas ao prosseguimento do certame.

Art. 4º Os membros da Comissão deverão resguardar o sigilo e a confidencialidade das informações e documentos a que tiverem acesso em razão das atividades de Investigação Social, observada a legislação aplicável.

Art. 5º A atuação da Comissão ficará restrita às atribuições previstas nesta Portaria e às normas estabelecidas no Edital nº 001/2025-SECG/PMM e suas retificações, cabendo à Secretaria Municipal de Gestão a adoção das providências subsequentes relativas ao certame.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 05 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira

GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão
Decreto nº 744/2026 – PMM.
Presidente da Comissão

PORTARIA Nº 1638/2026– SECG/PMM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas no Art. 228, e seus incisos da Lei Orgânica do Município de Macapá; acumulada com o inciso XI do Art. 5º do Decreto nº 1.264/2006-PMM, que dispõe sobre o Regimento Interno do Município de Macapá, e, ainda nos termos da Lei Complementar nº 136/2020-PMM e Lei Complementar nº 122/2018 – PMM (Estatuto dos Servidores do Município de Macapá), finalmente o que consta nos autos do 1doc.Protocolo Nº 21.157/2026 – SEMSA/PMM.

RESOLVE:

Art.1º - RETIFICAR a PORTARIA Nº 827/2018 - PMM de 20/12/2016, referente à Licença Prêmio por Assiduidade concedida a servidora SILENE DE SOUZA QUEIROZ RAMOS, Matrícula nº 00983021, lotada na Secretária Municipal de Saúde - SEMSA/PMM.

ONDE SE LÊ: referente ao quinquênio 2007/2012.

LEIA-SE: referente ao quinquênio de JUNHO/2005 a JUNHO/2010

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 06 de outubro de 2026.

GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DECRETO Nº 744/2026- PMM

PORTARIA Nº 1639/2026 – SECG/PMM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas no Art. 228, e seus incisos da Lei Orgânica do Município de Macapá; acumulada com o inciso XI do Art. 5º do Decreto nº 1.264/2006-PMM, que dispõe sobre o Regimento Interno do Município de Macapá, e, ainda nos termos da Lei Complementar nº 136/2020-PMM e Lei Complementar nº 122/2018 – PMM (Estatuto dos Servidores do Município de Macapá), finalmente o que consta nos autos do 1doc.Protocolo Nº 21.157/2026 – SEMSA/PMM.

RESOLVE:

Art.1° - RETIFICAR a PORTARIA Nº 393/2023 PMM- de 12/07/2023, referente à Licença Prêmio por Assiduidade concedida a servidora – SILENE DE SOUZA QUEIROZ RAMOS, Matrícula nº 00983021, lotada na Secretária Municipal de Saúde - SEMSA/PMM.

ONDE SE LÊ: referente ao quinquênio 2012/2017.

LEIA-SE: referente ao quinquênio de JUNHO/2010 a JUNHO/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 06 de outubro de 2026.

GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DECRETO Nº 744/2026 - PMM

ERRATA

A PORTARIA Nº 1470/2026 – SECG/PMM, datado de 16 de setembro de 2026.

CONSIDERANDO os termos da decisão judicial nos autos do Processo nº. 6099046-22.2025.8.03.0001 (PJe) - Reclamação Cível, que tramita no 1º Juizado Especial de Fazenda Pública desta Comarca de Macapá, bem como, ID Oficio nº 31021433/2026, sob o 1Doc. Oficio nº 3201/2026 a Portaria nº 1470/2026 – SECG/PMM, de 16 de setembro de 2026, para correção na Classe da Servidora CLEUDONOR AMORIM DE LIMA.

ONDE SE LÊ:

Art. 1°- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, O servidor (a), Público (a), Municipal CLEUDONOR AMORIM DE LIMA, matricula nº 00550501, ocupante da categoria funcional de Agente de jardinagem, Classe A, Nível 24, para posicioná-lo (a), na categoria funcional, Classe A, Nível 27, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA/PMM.

LEIA-SE:

Art. 1°- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, O servidor (a), Público (a), Municipal CLEUDONOR AMORIM DE LIMA, matricula nº 00550501, ocupante da categoria funcional de Agente de jardinagem, Classe A, Nível 24, para posicioná-lo (a), na categoria funcional, Classe C, Nível 27, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA/PMM.

Art. 2° - Os demais termos da Portaria nº 1470/2026 – SECG/PMM, permanecem ratificados, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Gabinete da Secretaria de Gestão, 06 de outubro de 2026.

GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão - GESTÃO
Decreto nº 744/2026-PMM

PORTARIA Nº 1635/2026 – SECG/PMM

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 13, do Decreto nº 4095/2021-PMM, que dispõe sobre a delegação de competência para os atos de Gestão, após regular tramite administrativo, a concessão, por intermédio de Portaria, os direitos individuais inerentes aos servidores Público Municipais de Macapá.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 065/2009, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos profissionais do magistério municipal e que disciplina a progressão funcional, Art. 2, inciso IV, da Lei Complementar nº 122/2018, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macapá e os atos normativos da Comissão de Gestão do Plano de Carreira, Art. 23, Lei Complementar 106/2014, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores efetivos do Município de Macapá, bem como às portarias expedidas por esta Secretaria, e após regular trâmite administrativo.

CONSIDERANDO os termos da decisão judicial nos autos do Processo nº. 6029096-86.2026.8.03.0001 (PJe) - Reclamação Cível, que tramita no 3º Juizado Especial de Fazenda Pública desta Comarca de Macapá, bem como ID. Sentença 30308144/2026, sob o 1Doc.Oficio nº 3.309/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, a servidora (o) Pública (o) Municipal **VERENA FARIAS DE MELO**, matricula nº 02827741, ocupante da categoria funcional de Professor, Classe C, Nível 7, para posicioná-la (o) na categoria funcional, Classe C, Nível 8, lotada na Secretaria Municipal de Educação/PMM.

Art. 2º - A progressão funcional da servidora (o), se dará nos seguintes termos:

Classe/nível C-08 a contar de 14/03/2026 – (pagamentos a contar desta data).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 05 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira
GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão - GESTÃO
Decreto nº 744/2026-PMM

PORTARIA Nº 1636/2026 – SECG/PMM

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 13, do Decreto nº 4095/2021-PMM, que dispõe sobre a delegação de competência para os atos de Gestão, após regular tramite administrativo, a concessão, por intermédio de Portaria, os direitos individuais inerentes aos servidores Público Municipais de Macapá.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 065/2009, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos profissionais do magistério municipal e que disciplina a progressão funcional, Art. 2, inciso IV, da Lei Complementar nº 122/2018, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macapá e os atos normativos da Comissão de Gestão do Plano de Carreira, Art. 23, Lei Complementar 106/2014, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores efetivos do Município de Macapá, bem como às portarias expedidas por esta Secretaria, e após regular trâmite administrativo.

CONSIDERANDO os termos da decisão judicial nos autos do Processo nº. 6029623-38.2026.8.03.0001 (PJe) - Reclamação Cível, que tramita no 3º Juizado Especial de Fazenda Pública desta Comarca de Macapá, bem como ID. Ofício 31345425/2026, sob o 1Doc. Oficio nº 3404/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, a servidora (o) Pública (o) Municipal **ELANE CRISTINA PAVÃO DE ARAÚJO**, matricula nº 02844911, ocupante da categoria funcional de Professor, Classe C, Nível 4, para posicioná-la (o) na categoria funcional, Classe C, Nível 8, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED/PMM.

Art. 2º - A progressão funcional da servidora (o), se dará nos seguintes termos:

Classe/nível C-08 a contar de 29/03/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 06 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira
GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão - GESTÃO
Decreto nº 744/2026-PMM

PORTARIA Nº 1640/2026 – SECG/PMM

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 13, do Decreto nº 4095/2021-PMM, que dispõe sobre a delegação de competência para os atos de Gestão, após regular tramite administrativo, a concessão, por intermédio de Portaria, os direitos individuais inerentes aos servidores Público Municipais de Macapá.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 065/2009, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos profissionais do magistério municipal e que disciplina a progressão funcional, Art. 2, inciso IV, da Lei Complementar nº 122/2018, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macapá e os atos normativos da Comissão de Gestão do Plano de Carreira, Art. 23, Lei Complementar 106/2014, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores efetivos do Município de Macapá, bem como às portarias expedidas por esta Secretaria, e após regular trâmite administrativo.

CONSIDERANDO os termos da decisão judicial nos autos do Processo nº. 6081034-57.2025.8.03.0001 (PJe) - Reclamação Cível, que tramita no 1º Juizado Especial de Fazenda Pública desta Comarca de Macapá, bem como ID. Ofício 30587710/2026, sob o 1Doc. Memorando nº 50572/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, ao servidor (a) Público (a) Municipal **EDMUNDO LEÃO DE BARROS NETO**, matricula nº 00482401, ocupante da categoria funcional de Professor de Ciências, Classe C, Nível 13, para posicioná-lo (a) na categoria funcional, Classe E, Nível 28, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED/PMM.

Art. 2º - A progressão funcional da servidora (o), se dará nos seguintes termos:

Classe/Nível E-26 a partir de 05/06/2025

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 06 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira

GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão - GESTÃO
Decreto nº 744/2026-PMM

PORTARIA Nº 1642/2026 – SECG/PMM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13 do Decreto Municipal nº 4.095/2021-PMM, que dispõe sobre a delegação de competência para a prática de atos de gestão,

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, § 19, da Constituição Federal, no art. 9º da Lei Municipal nº 1.461/2005, que institui o Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Macapá, e no art. 61 da Lei Municipal nº 1.758/2009, que promove alterações na Lei Municipal nº 976/1999-PMM, que institui o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos efetivos do Município de Macapá, bem como a regular instrução e tramitação do processo administrativo, que demonstram o preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício,

CONSIDERANDO os termos da decisão judicial nos autos do Processo nº 6014465-40.2026.8.03.0001 (PJe) - Reclamação Cível, que tramita no 3º Juizado Especial de Fazenda Pública, Comarca de Macapá, bem como, ID nº Ofício 31563968/2026, sob o 1Doc.Oficio nº 3405/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor (a), Público (a), Municipal CARLOS ALBERTO BALIEIRO DA SILVA AMARAL, matrícula nº 00060616, ocupante da categoria funcional de Agente de Jardinagem, Classe B, Nível 34, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a Concessão do Abono Permanência, até completar as exigências para aposentadoria compulsória, em razão de o mesmo optar em permanecer no exercício funcional.

Art. 2º - A Concessão do Abono de Permanência contar-se-á de 13/11/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 06 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira

GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão - GESTÃO
Decreto nº 744/2026-PMM

PORTARIA Nº 1644/2026 – SECG/PMM

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 13, do Decreto nº 4095/2021-PMM, que dispõe sobre a delegação de competência para os atos de Gestão, após regular tramite administrativo, a concessão, por intermédio de Portaria, os direitos individuais inerentes aos servidores Público Municipais de Macapá.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 065/2009, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos profissionais do magistério municipal e que disciplina a progressão funcional, Art. 2, inciso IV, da Lei Complementar nº 122/2018, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macapá e os atos normativos da Comissão de Gestão do Plano de Carreira, Art. 23, Lei Complementar 106/2014, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores efetivos do Município de Macapá, bem como às portarias expedidas por esta Secretaria, e após regular trâmite administrativo.

CONSIDERANDO os termos da decisão judicial nos autos do Processo nº. 6041845-38.2026.8.03.0001 (PJe) - Reclamação Cível, que tramita no 3º Juizado Especial de Fazenda Pública desta Comarca de Macapá, bem como ID. Ofício 31393537/2026, sob o 1Doc. Oficio nº 3440/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, a servidora (o) Pública (o) Municipal ANA LOURDES VIDAL AMANAJAS, matrícula nº 02978522, ocupante da categoria funcional de Professor, Classe C, Nível 4, para posicioná-la (o) na categoria funcional, Classe C, Nível 5, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED/PMM.

Art. 2º - A progressão funcional da servidora (o), se dará nos seguintes termos:

Classe/nível C-05 em 17/06/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 06 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira

GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão - GESTÃO
Decreto nº 744/2026-PMM

PORTARIA Nº 1645/2026 – SECG/PMM

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 13 do Decreto nº 4095/2021-PMM, que dispõe sobre a delegação de competência para os atos de Gestão, após regular tramite administrativo, a concessão, por

intermédio de Portaria, os direitos individuais inerentes aos servidores Público Municipais de Macapá.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 8º da Lei Complementar nº 123/2018, que disciplina a evolução funcional dos servidores efetivos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Macapá, o disposto nos Art. 23 da Lei Complementar nº 106/2014, que estabelece o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores efetivos do Município de Macapá.

CONSIDERANDO os termos da decisão judicial nos autos do Processo nº. 6036120-68.2026.8.03.0001 - Reclamação Cível, que tramita no 3º Juizado Especial de Fazenda Pública desta Comarca de Macapá (PJe), bem como ID. Sentença nº 30574071/2026, sob o 1Doc. Ofício 3.442/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, a servidora (o), Pública (o), Municipal JOSIELMA CAMPOS FERREIRA, matricula nº 00178761, ocupante da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, Classe A, Nível I, para posicioná-la (o), na categoria funcional, Classe B, Nível VI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA/PMM.

Art. 2º - A progressão funcional da servidora (o) se dará nos seguintes termos:

Classe/nivel A-IV a contar de 30/12/2023; (pagamentos a contar desta data, em razão do término do estágio probatório)
Classe/nivel A-V a contar de 30/12/2024;
Classe/nivel A-VI a contar de 30/12/2025.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 06 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira
GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão - GESTÃO
Decreto nº 744/2026-PMM

PORTARIA Nº 1646/2026 – SECG/PMM

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 13, do Decreto nº 4095/2021-PMM, que dispõe sobre a delegação de competência para os atos de Gestão, após regular tramite administrativo, a concessão, por intermédio de Portaria, os direitos individuais inerentes aos servidores Público Municipais de Macapá.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 065/2009, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos profissionais do magistério municipal e que disciplina a progressão funcional, Art. 2, inciso IV, da Lei Complementar nº 122/2018, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macapá e os atos normativos da Comissão de Gestão do Plano de Carreira, Art. 23, Lei Complementar 106/2014, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores efetivos do Município de Macapá, bem como às portarias expedidas por esta Secretaria, e após regular trâmite administrativo.

CONSIDERANDO os termos da decisão judicial nos autos do Processo nº. 6034733-18.2026.8.03.0001 (PJe) - Reclamação Cível, que tramita no 3º Juizado Especial de Fazenda Pública desta Comarca de Macapá, bem como ID. Sentença 30539917/2026, sob o 1Doc.Oficio nº 3.444/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, a servidora (o) Pública (o) Municipal MARCIANE DO SOCORRO DA ROCHA CAMPOS, matricula nº 00876611, ocupante da categoria funcional de Professor de 1º a 5º ano, Classe A, Nível 19, para posicioná-la (o) na categoria funcional, Classe A, Nível 21, lotada na Secretaria Municipal de Educação/PMM.

Art. 2º - A progressão funcional da servidora (o), se dará nos seguintes termos:

Classe/nível A-20 a contar de 02/05/2025;
Classe/nível A-21 a contar de 02/05/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 05 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira
GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão - GESTÃO
Decreto nº 744/2026-PMM

PORTARIA Nº 1653/2026 – SECG/PMM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas no Art. 228, e seus incisos da Lei Orgânica do Município de Macapá; acumulada com o inciso XI do Art. 5º do Decreto nº 1.264/2006-PMM, que dispõe sobre o Regimento Interno do Município de Macapá, e, ainda nos termos da Lei Complementar nº 136/2020-PMM e Lei Complementar nº 122/2018 – PMM (Estatuto dos Servidores do Município de Macapá), finalmente o que consta nos autos do 1doc.Protocolo 6.529/2026 – SEMSA/PMM

RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE de 03 (três) meses a servidora EDIMARTA FERREIRA PANTOJA, matricula nº 803061, pertencente ao Quadro Efetivo da Prefeitura Municipal de Macapá, ocupante da Categoria Funcional de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde SEMSA/PMM, correspondente ao quinquênio JANEIRO/2018 a JANEIRO/2023, a serem usufruidas no período de 01/12/2026 à 30/12/2026 de 01/01/2027 à 30/01/2027 de 01/02/2027 à 02/03/2027.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 07 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira
Gisele Fernandes de Oliveira
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DECRETO Nº 744/2026 – PMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

PORTARIA Nº1643/2026 – SECG/PMM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas no Art. 228, e seus incisos da Lei Orgânica do Município de Macapá; acumulada com o inciso XI do Art. 5º do Decreto nº 1.264/2006-PMM, que dispõe sobre o Regimento Interno do Município de Macapá, e, ainda nos termos da Lei Complementar nº 136/2020-PMM e Lei Complementar nº 122/2018 – PMM (Estatuto dos Servidores do Município de Macapá).

RESOLVE:

Art.1° - CONCEDER 03 (três) meses de LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro Efetivo da Prefeitura Municipal de Macapá– PMM, referente ao quinquênio e períodos de usufrutos especificados abaixo:

SEMSA

Nº	Processo/Servidor/Matrícula	Cargo	Quinquênio	Usufruto
1	1DOC Nº8.130/2026 MÔNICA LOPES DE SOUSA SILVA MATRÍCULA Nº00178411	TECNICO DE ENFERMAGEM	DEZEMBRO/2020 A DEZEMBRO/2025	01/12/2026 a 30/01/2027 01/06/2027 a 30/06/2027
2	1DOC Nº3.951/2026 BRAULINO DA SILVA MATRÍCULA Nº02360631	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	FEVEREIRO/2019 A FEVEREIRO/2024	01/11/2026 a 30/11/2026 01/12/2026 a 30/12/2026 01/09/2027 a 30/09/2026
3	1DOC Nº18.117/2026 EDIANE DOS SANTOS RANGEL MATRÍCULA Nº00187831	TECNICO EM ENFERMAGEM	DEZEMBRO/2020 A DEZEMBRO/2025	03/11/2026 a 02/12/2026 02/08/2027 a 31/08/2027 01/06/2028 a 30/06/2028
4	1DOC Nº26.380/2026 RÔMULO ALMEIDA MATOS MATRÍCULA Nº552631	AUXILIAR DE ARTIFICE	FEVEREIRO/2016 A FEVEREIRO/2021	01/12/2026 a 30/12/2026 01/06/2027 a 30/06/2027 01/07/2027 a 30/07/2027
5	1DOC Nº28.342/2026 JOÃO PAULO GAMA DIAS MATRÍCULA Nº576491	SERVENTE	ABRIL/2019 A ABRIL/2024	01/11/2026 a 30/11/2026 01/12/2026 a 30/12/2026 01/01/2027 a 30/01/2027
6	1DOC Nº9.590/2026 MARIA JOSÉ CARNEIRO DA SILVA MATRÍCULA Nº7002653	AUXILIAR DE ARTIFICE	JANEIRO/2019 A JANEIRO/2024	01/11/2026 a 30/11/2026 01/12/2026 a 30/12/2026 01/01/2027 a 30/01/2027

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrarias.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 06 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira

Gisele Fernandes de Oliveira
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DECRETO Nº 744/2026 – PMM

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MACAPÁ – GCMM E COMPANHIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MACAPÁ - CTMAC

EDITAL Nº 030/2026 – SECG/PMM
CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA COM INSTRUMENTO MUSICAL, INVESTIGAÇÃO SOCIAL, EXAME DOCUMENTAL E EXAME MÉDICO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ**, por meio da Secretaria Municipal de Gestão, representada pela Presidente da Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Concurso Público, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o **Edital nº 001/2025 – SECG/PMM e suas retificações**, torna pública a convocação dos candidatos relacionados nos Anexos deste Edital para a realização das fases de **Prova Prática com Instrumento Musical, Investigação Social, Exame Documental e Exame Médico**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

CONSIDERANDO a necessidade de dar regular prosseguimento às etapas do Concurso Público para provimento de vagas da Guarda Civil Municipal de Macapá – GCMM;

CONSIDERANDO a necessidade de realização da Prova Prática com Instrumento Musical para os candidatos ao cargo de Guarda Civil Municipal/Músico – GCM/Músico;

CONSIDERANDO a necessidade de realização da Investigação Social dos candidatos em andamento no certame, observada a natureza e as atribuições do cargo;

CONSIDERANDO a necessidade de realização do Exame Documental e do Exame Médico dos candidatos convocados para as respectivas fases;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, publicidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

RESOLVE:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. CONVOCAR os candidatos relacionados nos Anexos deste Edital para participação, conforme a situação individual de cada candidato, nas seguintes fases:

I – **Prova Prática com Instrumento Musical**, destinada exclusivamente aos candidatos ao cargo de Guarda Civil Municipal/Músico – GCM/Músico;

II – **Investigação Social**;

III – **Exame Documental**; e

IV – **Exame Médico**.

1.2. Os candidatos deverão observar a relação nominal correspondente a cada fase, bem como as respectivas datas, horários, locais, documentos e demais exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.

1.3. A convocação, participação ou aptidão do candidato em qualquer das fases previstas neste Edital não caracteriza aprovação final no Concurso Público, permanecendo o candidato em processo de avaliação até a conclusão das etapas previstas no Edital nº 001/2025 – SECG/PMM e suas retificações.

1.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações oficiais relativas ao Concurso Público.

2. DA PROVA PRÁTICA COM INSTRUMENTO MUSICAL

2.1. DA CONVOCAÇÃO E FINALIDADE

2.1.1. Ficam convocados para a Prova Prática com Instrumento Musical os candidatos ao cargo de **Guarda Civil Municipal/Músico – GCM/Músico**, relacionados no **Anexo I** deste Edital.

2.1.2. A Prova Prática possui **caráter eliminatório** e tem por finalidade aferir, de forma objetiva e individualizada, o domínio e o conhecimento do instrumento musical declarado pelo candidato e correspondente à especialidade para a qual concorre.

2.1.3. A avaliação será realizada por Comissão de Avaliação Técnica especialmente designada pela Secretaria Municipal de Gestão, composta por membros com conhecimento e experiência na área musical.

2.2. DOS INSTRUMENTOS MUSICAIS

2.2.1. A Prova Prática será realizada exclusivamente no instrumento correspondente à especialidade para a qual o candidato se inscreveu, observadas as especialidades previstas no Edital nº 001/2025 – SECG/PMM:

I – Clarinete em Sib;
II – Flautim em Dó;
III – Sax Alto em Mib;
IV – Sax Tenor em Sib;
V – Trompete em Sib; e
VI – Trombone de Vara em Sib.

2.2.2. O candidato deverá comparecer ao local da prova portando o instrumento musical no qual realizará a avaliação, sendo de sua inteira responsabilidade o transporte e as condições de funcionamento do instrumento.

2.2.3. A Administração Pública e a Comissão de Avaliação Técnica não se responsabilizarão pelo fornecimento, transporte, guarda, manutenção ou eventual indisponibilidade do instrumento de responsabilidade do candidato.

2.2.4. Não será admitida a substituição do instrumento por outro diverso daquele correspondente à especialidade para a qual o candidato concorre.

2.3. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL

2.3.1. A Prova Prática será realizada na data, horário e local estabelecidos no **Anexo I** deste Edital.

2.3.2. O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de **30 (trinta) minutos**, munido de documento oficial de identificação com foto e do respectivo instrumento musical.

2.3.3. Não será permitida a entrada do candidato após o horário estabelecido para fechamento dos portões.

2.3.4. O candidato que não comparecer na data, horário e local estabelecidos será considerado **AUSENTE**, observadas as consequências previstas nas normas do certame.

2.4. DA IDENTIFICAÇÃO

2.4.1. Para realização da prova, o candidato deverá apresentar documento oficial de identificação original com foto, em condições que permitam sua identificação.

2.4.2. Não serão aceitos documentos ilegíveis, danificados ou que impossibilitem a identificação do candidato.

2.5. DA REALIZAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

2.5.1. A Prova Prática será realizada de forma individual e presencial perante a Comissão de Avaliação Técnica.

2.5.2. O candidato deverá realizar apresentação musical no instrumento correspondente à sua especialidade, demonstrando domínio técnico e conhecimento do instrumento.

2.5.3. Serão considerados na avaliação:

I – emissão sonora, considerando a produção e estabilidade do som;
II – afinação, considerando a precisão das alturas e estabilidade da afinação;
III – ritmo, considerando a regularidade e precisão rítmica;
IV – articulação, considerando a clareza e o controle das articulações;
V – técnica instrumental, compreendendo domínio de digitação, embocadura, coordenação e controle;
VI – execução musical, considerando segurança, fluência e continuidade;
VII – domínio do instrumento, considerando conhecimento e manejo adequado; e
VIII – resultado global da execução.

2.5.4. Os critérios serão avaliados de forma conjunta, considerando o desempenho global do candidato e a finalidade da etapa.

2.5.5. Sempre que tecnicamente necessário, a Comissão poderá solicitar a repetição de determinado trecho da execução exclusivamente para fins de avaliação.

2.5.6. A Comissão não poderá orientar, treinar ou interferir na execução do candidato, limitando-se às orientações necessárias à realização da prova.

2.5.7. O desempenho será registrado em ficha própria, mediante parecer da Comissão de Avaliação Técnica.

2.5.8. Ao final da avaliação, o candidato será considerado **APTO ou INAPTO**.

2.6. DA GRAVAÇÃO

2.6.1. A Prova Prática será registrada por meio de gravação audiovisual, para fins de documentação, segurança, fiscalização, análise de recursos e preservação da regularidade do certame.

2.6.2. A gravação constituirá elemento de registro administrativo da avaliação e ficará sob responsabilidade da Administração, observadas as normas aplicáveis à proteção e ao tratamento de dados pessoais.

2.7. DO RESULTADO E DOS RECURSOS DA PROVA PRÁTICA

2.7.1. O resultado da Prova Prática será divulgado mediante **Edital de Resultado Preliminar**, contendo a relação dos candidatos considerados APTOS e INAPTOS.

2.7.2. Será assegurado ao candidato o prazo de **02 (dois) dias úteis** para interposição de recurso, contado da publicação do Resultado Preliminar.

2.7.3. O recurso deverá ser apresentado exclusivamente por meio do endereço eletrônico oficial da Comissão do Concurso: **comissaoconcursos@macapa.ap.gov.br**

2.7.4. Para fins de tempestividade, será considerada a data e o horário de recebimento do recurso no endereço eletrônico oficial da Comissão.

3. DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

3.1. DA FINALIDADE E DO CARÁTER DA FASE

3.1.1. Ficam convocados para a **Investigação Social** os candidatos relacionados no **Anexo II** deste Edital.

3.1.2. A Investigação Social possui **caráter eliminatório** e tem por finalidade verificar a idoneidade moral e a compatibilidade da conduta pregressa e atual do candidato com as atribuições, responsabilidades e deveres inerentes ao cargo de Guarda Civil Municipal.

3.1.3. A investigação compreenderá a análise de informações relacionadas aos âmbitos **social, criminal, cível, escolar, residencial, profissional e funcional** do candidato.

3.1.4. A Investigação Social será realizada por Comissão especialmente designada, que poderá promover consultas, diligências, entrevistas e demais procedimentos necessários à verificação das informações prestadas pelo candidato.

3.1.5. A Investigação Social terá caráter continuado e **se estenderá durante todo o Curso de Formação, até o seu último dia**, permanecendo o candidato sujeito à apuração de fatos supervenientes e à realização de diligências enquanto perdurar a fase.

3.1.6. A matrícula, frequência ou permanência no Curso de Formação não representa conclusão favorável da Investigação Social e não impede posterior inabilitação do candidato caso sejam identificados fatos incompatíveis com os requisitos estabelecidos para ingresso no cargo.

3.2. DAS ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

3.2.1. A Investigação Social compreenderá inicialmente a **entrega da Ficha de Informações Confidenciais – FIC e da documentação exigida**.

3.2.2. A conclusão da etapa prevista no item anterior não encerra a Investigação Social, que permanecerá em andamento durante o Curso de Formação.

3.3. DA ENTREGA DA FIC E DA DOCUMENTAÇÃO

3.3.1. O candidato deverá entregar a **Ficha de Informações Confidenciais – FIC**, devidamente preenchida, datada, rubricada e assinada, acompanhada da documentação exigida, na data, horário e local constantes do Anexo II.

3.3.2. A FIC deverá ser preenchida integralmente, com informações verdadeiras, completas e atualizadas, sendo de responsabilidade do candidato as informações nela declaradas.

3.3.3. Deverão acompanhar a FIC:

I – 01 (uma) fotografia 3x4 colorida, com fundo branco e recente;
II – 01 (uma) cópia do RG ou outro documento oficial de identificação com foto;
III – comprovante da residência atual e dos locais onde o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos, dentro ou fora do Estado do Amapá;
IV – croqui das residências atual e anteriores, com indicação de pontos de referência e principais vias de acesso, conforme orientação constante da FIC;
V – demais documentos, declarações e informações exigidos na FIC.

3.3.4. A Comissão poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos ou informações complementares necessários à confirmação dos dados prestados ou ao esclarecimento de fatos identificados durante a investigação.

3.3.5. A entrega da FIC e da documentação não encerra a Investigação Social nem impede a realização de diligências posteriores.

3.4. DAS DILIGÊNCIAS

3.4.1. No desenvolvimento da Investigação Social, a Comissão poderá, observada a legislação aplicável:

I – analisar as informações e documentos apresentados pelo candidato;
II – realizar consultas aos sistemas, cadastros e bancos de dados disponíveis à Administração Pública;
III – solicitar informações e documentos a órgãos e entidades públicas;
IV – realizar diligências junto a instituições de ensino, empregadores e demais fontes pertinentes;
V – verificar informações referentes à vida pregressa e atual do candidato;
VI – analisar aspectos relacionados à conduta escolar, profissional, funcional, ética e social;
VII – consultar registros e informações policiais, cíveis e criminais;
VIII – verificar informações relativas aos locais de residência declarados;
IX – confirmar os dados constantes da Ficha de Informações Confidenciais;
X – convocar o candidato para prestar esclarecimentos; e
XI – realizar outras diligências necessárias à adequada instrução da Investigação Social, desde que relacionadas à finalidade da fase.

3.5. DO DEVER DE ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

3.5.1. Durante todo o período da Investigação Social, **inclusive durante o Curso de Formação**, o candidato deverá comunicar imediatamente à Comissão qualquer fato novo ou alteração relevante nas informações anteriormente prestadas que possa repercutir na avaliação dos requisitos para ingresso no cargo.

3.5.2. O dever de atualização das informações permanecerá até o último dia do Curso de Formação.

3.5.3. A omissão deliberada de fato relevante superveniente será analisada pela Comissão e poderá repercutir no resultado da Investigação Social.

3.6. DAS INFORMAÇÕES FALSAS, OMISSÕES E FRAUDES

3.6.1. Poderá ser considerado **INABILITADO** o candidato que, deliberadamente:

I – prestar declaração falsa;
II – omitir informação relevante solicitada na FIC ou durante a investigação;
III – apresentar documento ou informação falsa ou adulterada;
IV – deixar, sem justificativa aceita, de prestar esclarecimento solicitado pela Comissão;
V – obstruir diligência regularmente realizada; ou
VI – praticar fraude ou tentativa de fraude durante a Investigação Social.

3.6.2. A ocorrência será analisada pela Comissão responsável, considerando os elementos efetivamente apurados e sua relação com os requisitos estabelecidos para ingresso no cargo, sem prejuízo de outras providências administrativas, civis ou penais cabíveis.

3.7. DO RESULTADO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

3.7.1. O resultado da Investigação Social poderá indicar uma das seguintes situações:

I – **HABILITADO** – candidato cuja investigação tenha sido concluída sem identificação de situação impeditiva nos termos das normas do certame;

II – **INABILITADO** – candidato em relação ao qual tenham sido identificados, após análise da Comissão, elementos incompatíveis com os requisitos estabelecidos para ingresso no cargo; ou

III – **EM INVESTIGAÇÃO** – candidato cuja análise ainda não tenha sido concluída ou dependa da realização de diligências, apresentação de documentos ou obtenção de informações complementares.

3.7.2. Considerando o caráter continuado da Investigação Social, a Administração poderá publicar **Resultados Parciais da Investigação Social** durante o Curso de Formação, à medida que forem concluídas as análises individuais ou identificadas situações que demandem pronunciamento da Comissão.

3.7.3. A ausência do nome do candidato em determinado resultado parcial não significa sua habilitação ou inabilitação, permanecendo a Investigação Social em andamento.

3.7.4. A publicação de resultado parcial favorável não impede a apuração de fato superveniente ocorrido ou conhecido posteriormente, enquanto estiver vigente a Investigação Social.

3.8. DA INABILITAÇÃO DURANTE O CURSO DE FORMAÇÃO

3.8.1. Caso, durante o Curso de Formação, seja identificado fato relevante que possa resultar na inabilitação do candidato, a Comissão procederá à análise dos elementos disponíveis e adotará as diligências necessárias à conclusão da investigação.

3.8.2. Concluindo a Comissão pela inabilitação, será publicado **Edital de Resultado Parcial da Investigação Social**, contendo a situação do candidato e assegurando o direito de recurso na forma e no prazo nele estabelecidos.

3.8.3. A Comissão poderá realizar diligências complementares antes da decisão do recurso, sempre que necessárias à adequada análise da situação.

3.8.4. Mantida a condição de **INABILITADO** após a apreciação do recurso, o candidato será **eliminado do Concurso Público** e, caso esteja frequentando o Curso de Formação, será desligado do curso.

3.8.5. A eliminação decorrente da Investigação Social poderá ocorrer **a qualquer tempo durante a vigência dessa fase, até o último dia do Curso de Formação**, sempre que concluída a análise da situação individual do candidato e observados os procedimentos previstos neste Edital.

3.9. DO SIGILO E DO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

3.9.1. As informações obtidas durante a Investigação Social serão utilizadas para as finalidades do Concurso Público, observadas as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, ao sigilo e ao acesso às informações.

3.9.2. Não serão fornecidas informações sobre diligências ainda em andamento quando sua divulgação puder comprometer a finalidade da investigação ou envolver informações legalmente protegidas.

3.9.3. Ao final da fase será publicado o respectivo resultado, sem prejuízo dos resultados parciais anteriormente publicados.

4. DO EXAME DOCUMENTAL

4.1. DA CONVOCAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

4.1.1. Ficam convocados para o **Exame Documental** os candidatos relacionados no **Anexo III** deste Edital.

4.1.2. O candidato deverá comparecer para apresentação e entrega dos documentos na data, horário e local estabelecidos no Anexo III.

4.1.3. A entrega poderá ser realizada pessoalmente pelo candidato ou por intermédio de procurador, mediante procuração pública ou particular com firma reconhecida em cartório.

4.1.4. A entrega dos documentos será realizada na sede da **Secretaria Municipal de Gestão**, situada na **Avenida Diógenes Silva, nº 1986, bairro Buritizal, Macapá/AP**, conforme cronograma constante do Anexo III.

4.1.5. No ato da entrega dos documentos, o candidato receberá o **Encaminhamento para a Junta Médica do Município de Macapá**, para realização do Exame Médico, devendo apresentar os exames exigidos no item 5 deste Edital.

4.1.6. Não serão recebidos documentos de forma parcial, devendo o candidato apresentar integralmente a documentação exigida para a fase.

4.1.7. O não comparecimento do candidato no período estabelecido ficará sujeito às consequências previstas no Edital nº 001/2025 – SECG/PMM e neste Edital.

4.1.8. No ato da entrega da documentação, o candidato deverá apresentar devidamente preenchido o **Formulário de Cadastro**, constante do Anexo VI deste Edital.

4.2. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

4.2.1. Para o Exame Documental, deverão ser apresentados **original e cópia** dos documentos exigidos, observadas as disposições do Edital nº 001/2025 – SECG/PMM:

I – Cédula de Identidade;
II – comprovante de residência atualizado em nome do candidato, a exemplo de água, energia elétrica ou telefone; na ausência de comprovante em seu nome, deverá ser apresentada **Declaração de Residência**, conforme modelo constante do Anexo VII;
III – Título de Eleitor;
IV – Certidão Negativa da Justiça Eleitoral;
V – Carteira de Reservista concernente ao serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
VI – Certidão Negativa Cível e Criminal da Justiça Federal do Amapá ou dos locais em que o candidato tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;
VII – Certidão Negativa Cível e Criminal da Justiça Estadual do Amapá ou dos locais em que o candidato tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;
VIII – Cadastro de Pessoa Física – CPF;
IX – comprovante de situação cadastral emitido pela Receita Federal;
X – PIS/PASEP;
XI – Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
XII – diploma comprobatório da escolaridade exigida para o cargo;
XIII – Carteira Nacional de Habilitação – CNH para conduzir veículos, no mínimo nas categorias **B**, **AB** ou **superior**;
XIV – Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável, quando for o caso;
XV – Certidão de Nascimento ou Termo de Adoção dos filhos menores de idade, quando houver;
XVI – Carteira de Vacinação atualizada;
XVII – 02 (duas) fotografias 3x4 recentes; e
XVIII – Declaração firmada pelo candidato quanto à existência ou não de vínculo funcional com a União, Estados ou Municípios, informando, quando houver, a carga horária semanal exercida e o horário de início e término do expediente, conforme modelo constante do Anexo VIII.

4.2.2. Deverá ainda ser apresentada a **Declaração de Bens**, conforme modelo constante do Anexo IX deste Edital.

4.2.3. A Comissão procederá à conferência da documentação apresentada, observando os requisitos estabelecidos no Edital nº 001/2025 – SECG/PMM e suas retificações.

5. DO EXAME MÉDICO

5.1. DA REALIZAÇÃO

5.1.1. Ficam convocados para o **Exame Médico** os candidatos relacionados no **Anexo IV** deste Edital.

5.1.2. Mediante o encaminhamento recebido no Exame Documental, o candidato deverá comparecer à **Junta Médica do Município de Macapá**, na data e horário estabelecidos no encaminhamento e no cronograma constante do Anexo IV.

5.1.3. A Junta Médica do Município de Macapá está situada na **Avenida Procópio Rola, nº 699, bairro Central, Macapá/AP**.

5.1.4. No ato do atendimento, o candidato deverá apresentar documento oficial de identificação e os resultados de todos os exames exigidos neste Edital.

5.1.5. A Junta Médica avaliará a aptidão física e mental do candidato, mediante análise clínica e dos exames apresentados, considerando as condições necessárias ao exercício das atribuições do cargo.

5.2. DOS EXAMES EXIGIDOS

5.2.1. O candidato deverá apresentar os resultados dos seguintes exames:

I – Hemograma;
II – EAS;
III – Parasitológico de Fezes;
IV – VDRL;
V – Anti-HCV;
VI – HBsAg;
VII – Glicemia de Jejum;
VIII – Raio-X do tórax com laudo;
IX – Eletrocardiograma com laudo;
X – PCCU, para candidatas do sexo feminino;
XI – PSA total e livre, para candidatos do sexo masculino acima de 45 (quarenta e cinco) anos;
XII – Fator RH e tipagem sanguínea; e
XIII – Exame Toxicológico: exame com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, realizado por meio de amostra de queratina, para detecção das seguintes substâncias:

a) Maconha;
b) Metaboicos do deta-9 THC;
c) Anfetaminas, inclusive seus metabólitos e derivados;
d) opiáceos.

5.2.2. Não serão admitidos os exames médicos exigidos neste certame que tenham sido realizados há mais de **60 (sessenta) dias**, contados da publicação deste Edital.

5.2.3. A Junta Médica poderá solicitar exames complementares ou avaliação especializada sempre que necessários à conclusão da avaliação do candidato.

5.2.4. A partir da avaliação médica e da análise dos exames apresentados, o candidato será considerado **APTO ou INAPTO** para o exercício do cargo.

5.2.5. O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido ou a ausência dos exames necessários ficará sujeito às consequências previstas no Edital nº 001/2025 – SECG/PMM e neste Edital.

6. DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS

6.1. Os resultados das fases previstas neste Edital serão divulgados mediante publicação no Diário Oficial do Município de Macapá e nos demais meios oficiais utilizados para divulgação dos atos do Concurso Público.

6.2. Os resultados poderão ser publicados separadamente por fase, conforme a conclusão dos trabalhos das respectivas Comissões.

6.3. Na Investigação Social poderão ser publicados **resultados parciais**, inclusive durante o Curso de Formação, conforme estabelecido neste Edital.

6.4. Será oportunizado ao candidato considerado INAPTO ou INABILITADO o prazo de **02 (dois) dias úteis** para interposição de recurso após a publicação do respectivo Resultado Preliminar ou Parcial, salvo disposição específica diversa prevista no Edital nº 001/2025 – SECG/PMM.

6.5. O recurso deverá ser encaminhado exclusivamente ao endereço eletrônico oficial da Comissão do Concurso: **comissaoconcursos@macapa.ap.gov.br**

6.6. Para fins de tempestividade, será considerada a data e o horário de recebimento do recurso no endereço eletrônico oficial da Comissão.

6.7. Após a análise dos recursos, será publicado o respectivo resultado, conforme correspondente.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações oficiais referentes ao Concurso Público, inclusive eventuais alterações de datas, horários, locais, orientações e resultados.

7.2. A convocação ou participação nas fases previstas neste Edital não gera direito à nomeação ou posse, permanecendo o candidato submetido às demais etapas e requisitos previstos no Edital nº 001/2025 – SECG/PMM e suas retificações.

7.3. A participação no Curso de Formação não impede a continuidade da Investigação Social nem afasta a possibilidade de eliminação do candidato caso seja considerado INABILITADO nessa fase.

7.4. Durante todo o período da Investigação Social, os candidatos deverão manter atualizados seus dados e comunicar fatos supervenientes relevantes, na forma estabelecida neste Edital.

7.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Concurso Público e, quanto às matérias específicas, pelas Comissões responsáveis pelas respectivas fases, observadas as disposições do Edital nº 001/2025 – SECG/PMM, suas retificações e a legislação aplicável.

7.6. Integram o presente Edital:

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CANDIDATOS GCM/MÚSICO CONVOCADOS PARA A PROVA PRÁTICA COM INSTRUMENTO MUSICAL – DATA, HORÁRIO, LOCAL E INSTRUMENTO;

ANEXO II – RELAÇÃO DOS CANDIDATOS GCM E GCM/MÚSICO CONVOCADOS PARA A INVESTIGAÇÃO SOCIAL – ENTREGA DA FIC E DOCUMENTAÇÃO;

ANEXO III – RELAÇÃO DOS CANDIDATOS GCM E GCM/MÚSICO CONVOCADOS PARA O EXAME DOCUMENTAL – DATA, HORÁRIO E LOCAL;

ANEXO IV – RELAÇÃO DOS CANDIDATOS GCM E GCM/MÚSICO CONVOCADOS PARA O EXAME MÉDICO – DATA, HORÁRIO E LOCAL;

ANEXO V – FORMULÁRIO DE CADASTRO;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO OU NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS;

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENS; e

ANEXO IX – FICHA DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS – FIC.

8. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá/AP, 07 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira

GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão
Decreto nº 744/2026 – PMM.
Presidente da Comissão

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CANDIDATOS GCM/MÚSICO CONVOCADOS PARA A PROVA PRATICA COM INSTRUMENTO MUSICAL – DATA, HORÁRIO, LOCAL E INSTRUMENTO;

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA PROVA PRÁTICA

Local: Centro Educacional Profissional de Musica Walkiria Lima		
Endereço: Rua Eliezer Levy, 63		
Bairro: Centro	**Cidade:** Macapá	**Estado:** Amapá
Data: 09/10/2026		
Horário de Abertura do Acesso: 7h30		
Horário de Fechamento do Acesso: 8h00		

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

Nº	Nome do candidato	Inscrição	Horário	Situação
01	JÚLIO AUGUSTO PENA FEITOSA	1021282	08h30	1º- PcD/Músico
02	PHILIPPE MAICK DA SILVA	1001794	09h30	5º- Cota Racial/Músico
03	DANIEL DA COSTA PEREIRA	1013803	09h00	13º- Músico/Ampla Concorrência

ANEXO II – RELAÇÃO DOS CANDIDATOS GCM E GCM/MÚSICO CONVOCADOS PARA A INVESTIGAÇÃO SOCIAL

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ENTREGA DA FIC E DOCUMENTAÇÃO

Local: Comando da Guarda Civil Municipal de Macapá		
Endereço: Rua Adilson José Pinto Pereira, 364		
Bairro: São Lázaro	**Cidade:** Macapá	**Estado:** Amapá
Data: 08 e 09/10/2026		
Horário: 08 às 13h		

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

Nº	Nome do candidato	Inscrição	Situação
1	CHRISTIAN DE OLIVEIRA SERRA	1016285	1º- Músico/Ampla Concorrência
2	SAMUEL ARAÚJO SARDO	1014827	3º- Músico/Ampla Concorrência
3	MARTIN EULER TAVARES DA SILVA	1014213	4º- Músico/Ampla Concorrência
4	ALEISSON SANTIAGO QUADRO	1001963	5º- Músico/Ampla Concorrência
5	JOÃO PEDRO MACHADO AMORIM	1018338	8º- Músico/Ampla Concorrência
6	GÉSSICA RODRIGUES GALVÃO	1006316	9º- Músico/Ampla Concorrência
7	MARIO FRANÇA LOBATO NETO	1008151	10º- Músico/Ampla Concorrência
8	LUCAS DA SILVA LEAL	1011558	11º- Músico/Ampla Concorrência
9	JÚLIO AUGUSTO PENA FEITOSA	1021282	1º- Músico/PcD
10	PHILIPPE MAICK DA SILVA	1001794	5º- Músico/ Cota Racial (Negros)
11	DANIEL DA COSTA PEREIRA	1013803	13º- Músico/Ampla Concorrência
12	MARIA EDUARDA DUARTE SOUSA	1010699	1º- Ampla Concorrência
13	RODRIGO TOKINORI NISHI DIAS	1015133	2º- Ampla Concorrência
14	RUAN GABRIEL FONSECA NASCIMENTO	1006153	3º- Ampla Concorrência
15	WENDERSON PEREIRA SOARES	1006801	4º- Ampla Concorrência
16	RAILON YOHAN MELO NEVES TAVARES	1013461	16º- Cota Racial (Negros)
17	KALLYFER NATAN TORRINHA MONTEIRO	1022724	5º- Ampla Concorrência
18	MANOEL NETO SANCHES SILVA	1014093	6º- Ampla Concorrência
19	MARCELO VICTOR VILHENA BORGES	1019157	7º- Ampla Concorrência
20	DIONICLEI DA SILVA MIRANDA	1011170	8º- Ampla Concorrência
21	ALESSANDRO DOS SANTOS CAMPOS	1025657	17º- Cota Racial - Negros
22	LUIS FELIPE SARGES ALVES	1004408	9º- Ampla Concorrência

23	NEDSON MENDES MARQUES	1016374	10º- Ampla Concorrência
24	ANA REBECA DA SILVA OLIVEIRA	1021353	11º- Ampla Concorrência
25	LUIZ HENRIQUE GUIMARAES PEREIRA	1024950	12º- Ampla Concorrência
26	VANESSA MIRANDA DA SILVA	1000958	18º- Cota Racial (Negros)
27	MOISES DA COSTA SILVA	1023877	13º- Ampla Concorrência
28	MARCELO FREITAS RIBEIRO	1002346	15º- Ampla Concorrência
29	ANDRÉ RENAN COSTA DE OLIVEIRA	1023790	16º- Ampla Concorrência
30	KEVIN LADISLAU BARROSO	1000795	1º- PcD - Pessoa com Deficiência
31	MARCELO VINÍCIUS PERES ALMEIDA	1018797	17º- Ampla Concorrência
32	FELIPE AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA	1008451	19º- Cota Racial (Negros)
33	RAYGNÉ ALMIR GAIA PINHEIRO CORRÊA	1011578	18º- Ampla Concorrência
34	MARCO ANTONIO AMORIM DE SOUZA	1002953	19º- Ampla Concorrência
35	KEVIN SILVA COSTA	1020985	21º- Ampla Concorrência
36	IRUAN TRINID MONTEIRO DA SILVA	1006734	22º- Ampla Concorrência
37	DIEGO DE OLIVEIRA LIMA	1001964	20º- Cota Racial (Negros)
38	KETHELEN KAILY DOS SANTOS FEITOZA	1009641	23º- Ampla Concorrência
39	JAMMYLLY LIMA DE OLIVEIRA	1015332	24º- Ampla Concorrência
40	MATHEUS ALMEIDA BEZERRA	1002420	25º- Ampla Concorrência
41	FELIPE BOIAN REIS	1007381	26º- Ampla Concorrência
42	RICKSON SOUSA BERGUE	1000918	21º- Cota Racial (Negros)
43	LUCAS PRESSELE CARDOSO DOS SANTOS	1002726	27º- Ampla Concorrência
44	LUCAS RYAN BRITO FIGUEIREDO	1016877	28º- Ampla Concorrência
45	JOÃO VICTOR DE SOUZA	1004202	29º- Ampla Concorrência
46	SIRNEI HUMBERTO COSTA E SILVA	1018839	30º- Ampla Concorrência
47	BIANCA CRISTINE MOREIRA DOS SANTOS	1003461	22º- Cota Racial (Negros)
48	LUCAS LOPES MORAES	1007167	31º- Ampla Concorrência
49	ANA CAROLINY DO CARMO SOUZA	1013992	32º- Ampla Concorrência
50	LUIS ANDRE DE OLIVEIRA UCHOA	1012086	3º- PcD - Pessoa com Deficiência
51	PAULO ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA	1010899	33º- Ampla Concorrência
52	RAQUEL MOREIRA DA SILVA	1016610	34º- Ampla Concorrência
53	LUCAS RYAN BRITO FIGUEIREDO	1016877	23º- Cota Racial (Negros)
54	MARINA FREIRE SAMPAIO SACRAMENTO	1014430	35º- Ampla Concorrência
55	AMILTON CARDOSO BRITO	1008462	36º- Ampla Concorrência
56	RODRIGO DE SOUSA CAVALCANTE	1012542	37º- Ampla Concorrência
57	RICARDO MARTINS BONFIM	1008562	38º- Ampla Concorrência
58	JUAN CORREIA DA COSTA	1004768	25º- Cota Racial (Negros)
59	WELLYNGTON CLEITON DA SILVA BEZERRA	1007368	39º- Ampla Concorrência
60	JOSÉ AUGUSTO PAULA DA SILVA FILHO	1017078	40º- Ampla Concorrência
61	MAICON DIEGO SILVA DA COSTA	1023459	41º- Ampla Concorrência
62	JOAO VITOR MARQUES CARVALHO	1014716	42º- Ampla Concorrência
63	DANIEL RIBEIRO BARREIROS JÚNIOR	1014851	25º- Cota Racial (Negros)
64	MATHEUS MOUTINHO	1016974	43º- Ampla Concorrência
65	THIAGO DOS SANTOS SILVA NASCIMENTO	1019774	44º- Ampla Concorrência
66	GABRIEL DA FRANCA ARAUJO BANDEIRA	1025079	45º- Ampla Concorrência
67	ALEX VIEIRA COELHO JÚNIOR	1017894	46º- Ampla Concorrência
68	NAIARA PAIXAO MORAES	1013171	26º- Cota Racial (Negros)
69	ENZO ZIDANE SALES REIS	1014261	48º- Ampla Concorrência
70	JEFFERSON NOE DE LIMA SIQUEIRA	1021723	4º- PcD - Pessoa com Deficiência
71	ANDRÉ LUIS PEREIRA MARTINS	1016635	49º - Ampla Concorrência
72	ISABELLE CAROLINE DA SILVA MIRANDA	1023685	51º- Ampla Concorrência
73	ÍTALO JOSÉ CRESPO DE ALCOBAÇA	1020672	52º- Ampla Concorrência

74	ANDRÉ LUIS DOS SANTOS FARIAS	1015920	27º- Cota Racial (Negros)
75	DALVAN RODRIGUES DOS SANTOS	1015564	53º- Ampla Concorrência
76	JOAO VITOR DE ANDRADE SOUZA	1010555	54º- Ampla Concorrência
77	GEORGECLEI DE SOUZA DENIUR	1004361	57º- Ampla Concorrência
78	MATHEUS BOTELHO SALOMÃO	1013626	58º- Ampla Concorrência
79	LYSLENE DANDARA CHAGAS PANTOJA	1005591	28º- Cota Racial (Negros)
80	INGRID GONÇALVES DA SILVA	1016267	60º- Ampla Concorrência
81	SAYMON GABRIEL DA ROCHA ABREU	1019574	61º- Ampla Concorrência
82	MARCOS FERNANDO SILVA CAMPOS	1011764	62º- Ampla Concorrência
83	HENRY MATOS ABRAHÃO DOS SANTOS	1016505	63º- Ampla Concorrência
84	DHULIANE WELEN DAMASCENO MACIEL	1003385	29º- Cota Racial (Negros)
85	RAFAEL GUILHERME WEISER	1020903	64º- Ampla Concorrência
86	DAYANE GARCIA DA SILVA	1016208	65º- Ampla Concorrência
87	WANESSA DA SILVA RODRIGUES	1002290	66º- Ampla Concorrência
88	ANDRÉ FELIPE DA SILVA MORAES	1015808	67º- Ampla Concorrência
98	CRISTIANO WARLEY RABELO RIBEIRO	1011307	5º- PcD - Pessoa com Deficiência
90	GABRIEL ROSSI DOS SANTOS PINTO	1001560	69º- Ampla Concorrência
91	IGOR SANTOS DA CRUZ	1007931	70º- Ampla Concorrência
92	WELITON PAULO TEIXEIRA TAVARES	1013602	72º- Ampla Concorrência
93	WILLIAN DANIEL MOURA CHUCRE	1003693	73º- Ampla Concorrência
94	RYAN RICHARD CARDOSO BALIEIRO	1020221	30º- Cota Racial (Negros)
95	JOANISE DAS NEVES SILVA OLIVEIRA	1016909	74º- Ampla Concorrência
96	PEDRO HENRIQUE CAVALCANTE MELO	1014890	75º- Ampla Concorrência
97	ANDRESSA SANTOS EVARISTO	1007262	76º- Ampla Concorrência
98	HENDRYL CHAGAS FIGUEIREDO	1002729	77º- Ampla Concorrência
99	ALINE SOUSA MENDES	1005459	32º- Cota Racial (Negros)
100	MATEUS DO CARMO HENRIQUE	1018783	78º- Ampla Concorrência
101	MANOEL RICARDO ANDRADE DE ASSUNÇÃO FILHO	1003106	79º- Ampla Concorrência
102	ALAN ALVES DE OLIVEIRA	1006910	80º- Ampla Concorrência
103	ANA FABIOLA CARVALHO DE CARVALHO	1011455	81º- Ampla Concorrência
104	ANTONIO EDSON NASCIMENTO RIBEIRO FILHO	1022632	34º- Cota Racial (Negros)
105	AMANDA LARISSA RUAS BRAZIL	1009829	82º- Ampla Concorrência
106	MATHEUS DA SILVA CARDOSO	1020347	83º- Ampla Concorrência
107	JULIANE LIMA PIMENTEL	1016560	84º- Ampla Concorrência
108	FERNANDA SILVA DE SOUZA ALVES	1021896	8º PcD - Pessoa com Deficiência
109	EDUARDO DUARTE MELO	1020165	85º- Ampla Concorrência
110	RENAN BEZERRA DA SILVA	1003152	35º- Cota Racial (Negros)
111	JOSAFA REIS SANTANA COIMBRA	1022237	100º- Ampla Corrência
112	HUGO KEVEN BRANDÃO DE ALMADA	1011434	101º- Ampla Corrência
113	ERASMO MACEDO GOMES NETO	1019204	102º- Ampla Corrência
114	DANIEL RIBEIRO BARREIROS JÚNIOR	1014851	103º- Ampla Corrência
115	MICAEL DE SOUZA BEZERRA	1016115	36º- Cota Racial (Negros)
116	ADRIA CECÍLIA DA COSTA VAZ	1004976	104º- Ampla Corrência
117	LUCAS COSTA QUARESMA	1019387	108º- Ampla Corrência
118	PAULO SERGIO DOS SANTOS LOBATO JUNIOR	1012762	109º- Ampla Corrência
119	CARLA NUNES DE OLIVEIRA	1019110	110º- Ampla Corrência
120	JONATAN RANOY DOS SANTOS TELES	1011119	38º- Cota Racial (Negros)

ANEXO III – RELAÇÃO DOS CANDIDATOS GCM E GCM/MÚSICO CONVOCADOS PARA O EXAME DOCUMENTAL – DIA: 13/10/2026 / HORÁRIO: 8h00 às 12h00

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

1	DANIEL DA COSTA PEREIRA	1013803	13º- Músico/Ampla Concorrência
2	JÚLIO AUGUSTO PENA FEITOSA	1021282	1º- Músico/PcD
3	PHILIPPE MAICK DA SILVA	1001794	5º- Músico/ Cota Racial (Negros)
4	RENAN BEZERRA DA SILVA	1003152	35º- Cota Racial (Negros)
5	JOSAFA REIS SANTANA COIMBRA	1022237	100º- Ampla Corrência
6	HUGO KEVEN BRANDÃO DE ALMADA	1011434	101º- Ampla Corrência
7	ERASMO MACEDO GOMES NETO	1019204	102º- Ampla Corrência
8	DANIEL RIBEIRO BARREIROS JÚNIOR	1014851	103º- Ampla Corrência
9	MICAEL DE SOUZA BEZERRA	1016115	36º- Cota Racial (Negros)
10	ADRIA CECÍLIA DA COSTA VAZ	1004976	104º- Ampla Corrência
11	LUCAS COSTA QUARESMA	1019387	108º- Ampla Corrência
12	PAULO SERGIO DOS SANTOS LOBATO JUNIOR	1012762	109º- Ampla Corrência
13	CARLA NUNES DE OLIVEIRA	1019110	110º- Ampla Corrência
14	JONATAN RANOY DOS SANTOS TELES	1011119	38º- Cota Racial (Negros)

ANEXO IV – RELAÇÃO DOS CANDIDATOS GCM E GCM/MÚSICO CONVOCADOS PARA O EXAME MÉDICO DIA: 14/10/2026 e HORÁRIO: 7h00 às 8h00

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

1	DANIEL DA COSTA PEREIRA	1013803	13º- Músico/Ampla Concorrência
2	JÚLIO AUGUSTO PENA FEITOSA	1021282	1º- Músico/PcD
3	PHILIPPE MAICK DA SILVA	1001794	5º- Músico/ Cota Racial (Negros)
4	RENAN BEZERRA DA SILVA	1003152	35º- Cota Racial (Negros)
5	JOSAFA REIS SANTANA COIMBRA	1022237	100º- Ampla Corrência
6	HUGO KEVEN BRANDÃO DE ALMADA	1011434	101º- Ampla Corrência
7	ERASMO MACEDO GOMES NETO	1019204	102º- Ampla Corrência
8	DANIEL RIBEIRO BARREIROS JÚNIOR	1014851	103º- Ampla Corrência
9	MICAEL DE SOUZA BEZERRA	1016115	36º- Cota Racial (Negros)
10	ADRIA CECÍLIA DA COSTA VAZ	1004976	104º- Ampla Corrência
11	LUCAS COSTA QUARESMA	1019387	108º- Ampla Corrência
12	PAULO SERGIO DOS SANTOS LOBATO JUNIOR	1012762	109º- Ampla Corrência
13	CARLA NUNES DE OLIVEIRA	1019110	110º- Ampla Corrência
14	JONATAN RANOY DOS SANTOS TELES	1011119	38º- Cota Racial (Negros)

ANEXO V – FORMULÁRIO DE CADASTRO;

FORMULÁRIO DE CADASTRO

Apresentar no ato do exame documental, devidamente preenchido em letra de forma e legível.
Anexar documentos dos dependentes: registro de nascimento, certidão de casamento, termo de guarda, etc.

Nome Completo (sem abreviação):					
Nome do Pai:			**Nome da Mãe:**		
Sexo:	**Data Nasc.:**	**a) Estado Civil:** ☐ **Casado** ☐ **Companheiro** ☐ **Desquitado** ☐ **Divorciado** ☐ **Separado** ☐ **Solteiro** ☐ **Viúvo**			
Nome Cônjuge/Companheiro (a):					**Data Nasc.:**
Nacionalidade:		**Município de Nascimento:**			**UF:**
b) CPF:		**c) PIS/PASEP:**			**Data:**
d) Cédula de Identidade RG:		**Órgão Expedidor:**	**UF**	**Data de Expedição**	
e) Título de Eleitor:		**Zona:**		**Seção:**	**UF:**
f) CTPS:		**Serie:**	**UF**	**Data Emissão**	
g) Documento Militar (Sexo Masculino)		**Ministério:** ☐ **Exército** ☐ **Marinha** ☐ **Aeronáutica**	**Série:**	**Categoria:**	**UF:**
h) Dados de Conta Corrente (preferencialmente Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal)					
Banco:		**Agência:**	**Conta Bancária nº:**		
i) Comprovação de Endereço					
Logradouro:			**Nº**	**Complemento:**	
Bairro:			**Município:**	**UF**	
CEP:		**Telefone c/ prefixo:**	**Celular c/ prefixo:**		
E-MAIL:					
Escolaridade					
☐ **Ensino Médio Completo** ☐ **Superior Completo** ☐ **Superior Cursando** ☐ **Superior Incompleto** ☐ **Especialização** ☐ **Mestrado** ☐ **Doutorado**					
Curso de Habilitação (conforme a escolaridade)					
Cor/raça: ☐ **Branca** ☐ **Preta** ☐ **Parda** ☐ **Amarela** ☐ **Indígena** ☐ **Não dispõe da informação** ☐ **Não declarado**					
Deficiência, caso possua: **Tipo:**					
Declaração Familiar: **Nome:** **Data Nasc.**				**Parentesco**	

Macapá_____/_____/_____.

Ass.:_____

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA;

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

EU, _____ (nome do titular que consta no comprovante de residência), _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador (a) do RG nº. _____, CPF nº. _____, **DECLARO** para fins de declaração de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei nº. 7.115/83), que _____ (nome do candidato), _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador (a) da RG nº. _____, CPF. _____, é residente e domiciliado (a) em meu endereço na Rua/AV. _____, nº. _____, bairro _____, CEP _____, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pela declaração acima sob as penas da lei, assino para que se produza seus efeitos legais.

Macapá/AP, _____ de _____ de 2026.

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO OU NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS;

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS.

Eu,_____, portador(a) do RG nº_____, inscrito no CPF sob o nº_____, **DECLARO** que, presentemente:

( ) **Não exerço** em acumulação remunerada qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público.

( ) **Exerço** o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) abaixo:

a) _____cuja jornada de trabalho é de____ às____ horas, com uma carga horária semanal de_____, no(a), município de_____.

( ) **Exerço** o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) abaixo:

b) _____cuja jornada de trabalho é de____ às____ horas, com uma carga horária semanal de_____, no(a), município de,_____

sendo que estou em processo de exoneração, conforme requerimento em anexo.

( ) Declaro sob pena de responsabilidade, para fins de acumulação remunerada que sou **aposentado**(a) e exercia o cargo/função/emprego de_____e prestava serviços no(a)_____, município de _____.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas acima relacionadas, que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício da função para a qual fui nomeado (a).

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Macapá,_____de_____de 2026.

_____

Assinatura do Candidato(a)

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, portador (a) da Carteira de Identidade nº._____, inscrito (a) no CPF sob o nº._____,**DECLARO**, nos termos da Lei, que até a presente data:

( ) Não possuo bens a declarar.

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

RELAÇÃO DE BENS E VALORES	
DISCRIMINAÇÃO	**VALOR (R$)**
1-	

2-	
3-	
4-	
5-	
6-	

Macapá,_____de_____de 2026.

_____
Assinatura do Candidato(a)

ANEXO IX – FICHA DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS – FIC.

FICHA DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Edital Nº 001/2025 – SECG/PMM

Nº de Inscrição: _____

Nome: _____

Foto 3x4

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO:

A presente Ficha é constituída de dados, informações e documentos de caráter pessoal, cujo acesso é restrito, nos termos do **art. 5º, incisos X e XXXIII, da Constituição Federal**, da **Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)**, especialmente quanto à proteção das informações pessoais, da **Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais)** e da **Lei Complementar nº 146/2022 – PMM**, que dispõe sobre a carreira, a organização e os direitos funcionais da Guarda Civil Municipal de Macapá, e suas alterações posteriores, observadas ainda as demais normas municipais e disposições do edital do concurso aplicáveis à Investigação Social.Leia com atenção as questões da Ficha antes de preenchê-lo.

Se o espaço for insuficiente para o preenchimento das questões, junte folhas para complementação e as anexe na Ficha. Não deixe questões em branco. Inutilize com um traço os espaços onde não houver resposta.

Falhas cometidas durante o preenchimento da Ficha serão avaliadas como intencional e/ou de má fé do candidato. Não OMITA nada na ficha, pois declarações inexatas, falsas e/ou omissão de informações relevantes e já conhecidas pelo candidato, ainda que verificadas posteriormente, poderão determinar sua contraindicação.

Após a entrega da Ficha de Informações Confidenciais, caso ocorra QUALQUER ALTERAÇÃO com o candidato, tais como: mudança de endereço, envolvimento em ocorrência policial na condição de autor, indiciado, réu, testemunha ou vítima, tratamento de saúde, internação hospitalar, punição disciplinar no trabalho, acidente de trânsito, suspensão ou cassação de sua CNH, inclusão de seu nome no SCPC/SERASA, este deverá informar, por escrito, à Subcomissão de Investigação Social e anexar uma cópia, nos casos em que houver, do registro policial dos fatos. O não atendimento destas exigências poderá ensejar contraindicação ao cargo.

Obs.: Anexar certidões criminais e cíveis da Justiça do Estado em que o candidato reside e da Justiça Federal (XI, Art.21, da Lei Complementar nº.146/2022-PMM).

_____
Rubrica do candidato

A - INFORMAÇÕES PESSOAIS

1. Nome: _____
2. Natural de: _____ Estado: _____
3. Data de Nascimento: _____ CPF: _____
4. RG Nº: _____ Expedido por: _____
5. RG anterior (de outro Estado, se possuir) Nº: _____
6. Profissão: _____
7. Qualquer outro nome ou apelido pelo qual você é conhecido (a) _____
8. Religião: _____
9. Telefone: _____/ _____/ _____
10. Email: _____

B - INFORMAÇÕES RESIDENCIAIS

11. Declarar em ordem cronológica os lugares onde você residiu nos últimos 05 anos:

a. De _____/_____/_____ à _____/_____/_____

Rua_____ Nº_____

Bairro_____ Cidade_____

Estado_____ CEP_____ - _____

Ponto de Referência: _____

Com quem residiu?_____

b. De _____/_____/_____ à _____/_____/_____

Rua_____ Nº_____

Bairro_____ Cidade_____

Estado_____ CEP_____ - _____

Ponto de Referência: _____

Com quem residiu?_____

c. De _____/_____/_____ à _____/_____/_____

Rua_____ _____Nº_____

Bairro_____Cidade_____

Estado_____ CEP_____-_____

Ponto de Referência: _____ _____

Com quem residiu?_____ _____

_____
Rubrica do candidato

C - INFORMAÇÕES SÓCIO-FAMILIARES

12. Você é solteiro (a), casado (a), viúvo (a), divorciado (a), separado (a) judicialmente, separado (a) de fato, ou vive maritalmente? _____

13. Cite o nome e endereço do (a) esposo (a) ou companheiro (a), caso não mais residam juntos:

a. Nome: _____

b. RG Nº: _____CPF Nº: _____

c. Endereço: _____

d. Qualquer outro nome ou apelido pelo qual ele (a) é conhecido (a)? _____

14. Você já esteve envolvido (a) em algum processo de paternidade? ( ) Sim ( ) Não. Em caso positivo, forneça detalhes completos:

_____

_____

_____

15. Está sustentando os seus filhos? ( ) Sim ( ) Não. Em caso negativo, explique detalhadamente:

_____

_____

16. Sua esposa (o) está empregada (o) atualmente? **( ) Sim ( ) Não**. Em caso positivo, forneça as seguintes informações:

a. Empresa em que trabalha: _____

b. Endereço: _____

c. Função que exerce: _____

d. Salário: _____

17. Você ou alguém de sua família já foi examinado, tratado ou já esteve internado em razão de distúrbios nervosos, mentais ou moléstia prolongada? **( ) Sim ( ) Não**. Em caso positivo, informe os detalhes:

_____

_____

18. Você já foi internado (a) em algum hospital nos últimos dois anos? **( ) Sim ( ) Não**. Em caso positivo, informe a(s) data(s), local e motivos:

_____

_____

INFORMAÇÃO PESSOAL

Rubrica do candidato

19. Dê informações completas sobre seus pais e irmãos. Se você foi criado por padrastos, tutores legais ou outras pessoas que não sejam seus pais, também devem constar nas informações abaixo solicitadas:

Grau de parentesco:	**Nome Completo:**	**RG:** **CPF:**	**a) Endereço** **b) Profissão** **c) Idade** **d) Vivo ou Morto**
			a) _____. **b)** _____. **c)** _____. **d)** _____.
			a) _____. **b)** _____. **c)** _____. **d)** _____.
			a) _____. **b)** _____. **c)** _____. **d)** _____.

Rubrica do candidato

			a) _____. **b)** _____. **c)** _____. **d)** _____.
			a) _____. **b)** _____. **c)** _____. **d)** _____.
			a) _____. **b)** _____. **c)** _____. **d)** _____.
			a) _____. **b)** _____. **c)** _____. **d)** _____.
			a) _____. **b)** _____. **c)** _____. **d)** _____.

Rubrica do candidato

20. Relacione, no quadro a seguir, o nome de todos os seus filhos e enteados:

Nome:	RG N.º	Data de Nascimento	Onde e com quem reside

INFORMAÇÃO PESSOAL

Rubrica do candidato

21. Você já fez ou faz uso regular de bebidas alcoólicas? **( ) Sim ( ) Não**. Quais?

_____

22. Você fuma ou já fumou? **( ) Sim ( ) Não.** Especifique: _____

23. Você possui ou já possuiu tatuagem? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, forneça informações detalhadas, relatando sobre os seguintes quesitos:

a. Quais partes do seu corpo são/eram tatuadas?

_____

b. Quais desenhos, símbolos ou dizeres você possui/possuía tatuado?

_____

c. Qual o significado de suas tatuagens?

_____

_____

d. O que lhe motivou fazer e/ou remover as tatuagens?

_____

e. Em qual estabelecimento você realizou e/ou removeu as tatuagens (nome e localização)?

_____

_____

24. Forneça as seguintes informações sobre 03 (três) pessoas que **NÃO** sejam parentes ou ex-empregadores que possam testemunhar a seu favor:

a. Nome: _____

Endereço residencial: _____

Endereço comercial: _____

Conhece-o há quanto tempo? _____

Profissão: _____

b. Nome: _____

Endereço residencial: _____

Endereço comercial: _____

Conhece-o há quanto tempo? _____

Profissão: _____

c. Nome: _____

Endereço residencial: _____

Endereço comercial: _____

Conhece-o há quanto tempo? _____

Profissão: _____

Rubrica do candidato

25. Você possui, ou já possuiu parente na Polícia Militar **( ) Sim ( ) Não**. Em caso positivo, forneça as seguintes informações:

Posto ou Graduação	Nome Completo	Endereço	Grau de parentesco	Situação atual*

*Situação atual (ativo, inativo, demitido, expulso da Corporação, exonerado, pediu baixa etc.)

D - INFORMAÇÕES JUDICIAIS E POLICIAIS

26. Você já fez, ou faz parte de algum processo na(o):

a. Justiça Civil?..... **( )Sim ( )Não.**

b. Justiça Trabalhista? ..... **( )Sim ( )Não.**

c. Justiça Criminal? ..... **( )Sim ( )Não.**

d. Justiça Militar?..... **( )Sim ( )Não.**

e. Vara da Infância e da Juventude? ... **( )Sim ( )Não.**

f. Juizado de Pequenas causas? ..... **( )Sim ( )Não.**

Em caso afirmativo, informe a seguir os detalhes do(s) caso(s) ocorrido(s):

Processo I

a. Qual o motivo do processo?

_____ _____

b. Qual a data do fato?_____**c.** Qual o Fórum_____

d. Bairro_____**e.** Cidade_____**f.** Estado: _____

g. Numero e ano do Processo:_____

h. Você foi indiciado (Réu) , Vitima ou Testemunha?_____

i. Indique resumidamente o fato ocorrido, esclarecendo qual foi a solução do caso (do processo):

_____

_____

_____

Rubrica do candidato

Processo II

a. Qual motivo do processo?

_____

b. Qual a data do fato?_____**c.** Qual o Fórum_____

d. Bairro_____**e.** Cidade_____**f.** Estado: _____

g. Numero e ano do Processo:_____

h. Você foi indiciado (Réu) , Vitima ou Testemunha?_____

i. Indique resumidamente o fato ocorrido, esclarecendo qual foi a solução do caso (do processo):

_____

_____

_____

27. Você já esteve envolvido (a) em Ocorrência Policial (qualquer tipo de ocorrência seja quando adolescente ou não)? **( ) Sim ( )Não.**

Em caso afirmativo, informe a seguir os detalhes do (s) caso (s) ocorrido (s):

Ocorrência Policial I

a. Qual o motivo da ocorrência?_____

b. Qual a data do fato? _____

c. Qual a Delegacia de Polícia ou Quartel para onde você foi conduzido? _____

d. Bairro_____**e.** Cidade_____**f.** Estado: _____

g. Qual o numero do Boletim de ocorrência ou outro documento elaborado: _____

h. Você foi acusado(a)/indiciado(a), vitima ou testemunha? _____

i. Informe resumidamente o fato ocorrido, esclarecendo qual foi à solução do caso, ou seja, se houve processo ou se nada mais foi registrado:

_____

_____

_____

Ocorrência Policial II

a. Qual o motivo da ocorrência?_____
b. Qual a data do fato? _____

c. Qual a Delegacia de Polícia ou Quartel para onde você foi conduzido? _____

d. Bairro_____**e.** Cidade_____**f.** Estado: _____

g. Qual o numero do Boletim de ocorrência ou outro documento elaborado: _____

h. Você foi acusado(a)/indiciado(a), vitima ou testemunha? _____

i. Informe resumidamente o fato ocorrido, esclarecendo qual foi à solução do caso, ou seja, se houve processo ou se nada mais foi registrado:

Rubrica do candidato

28. Você já esteve envolvido (a) em Inquérito Policial Militar ou Sindicância Instaurada pelas Forças Armadas ou pela Polícia Militar (em caso de ex-PM)? **( ) Sim ( )Não.**
Em caso positivo, informe e esclareçam quais foram as punições sofridas e os motivos de cada uma:

29. Você já esteve envolvido (a) em Sindicância ou Processo Administrativo? **( ) Sim ( )Não.**
Em caso positivo informe os detalhes:
a. Empresa ou Órgão público: _____ **b.** Data: _____

c. Motivo (o que ocorreu):_____

d. Qual foi a solução do caso?_____

30. Você possui arma de fogo? **( ) Sim ( ) Não**. Em caso positivo, informe característica a arma (espécie, marca, modelo, número do calibre, tamanho do cano e capacidade) declarando inclusive se já foi apreendida alguma vez:

E - INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS

31. Relacione, a partir das datas mais antigas, os lugares em que você esteve empregado(a) nos últimos 10 anos até hoje, registrado(a) ou não, bem como os por conta própria e os "bicos". Não omita nenhum. Informe os endereços completo:

I. a. Empresa: _____

b. Endereço:_____ **c.** CEP: _____

d. Bairro:_____ **e.** Cidade: _____ **f.** Estado: _____

g. Período em que trabalhou: de _____/_____/_____à _____/_____/_____

Rubrica do candidato

i. Seção: _____ **j.** Encarregado da Seção_____

k. Punições sofridas: _____

l. Motivos da demissão: _____

II. a. Empresa: _____
b. Endereço:_____ **c.** CEP: _____

d. Bairro:_____ **e.** Cidade: _____ **f.** Estado: _____

g. Período em que trabalhou: de _____/_____/_____ à _____/_____/_____

i. Seção: _____ **j.** Encarregado da Seção_____

k. Punições sofridas: _____

l. Motivos da demissão: _____

III. a. Empresa: _____
b. Endereço:_____ **c.** CEP: _____

d. Bairro:_____ **e.** Cidade: _____ **f.** Estado: _____

g. Período em que trabalhou: de _____/_____/_____ à _____/_____/_____

i. Seção: _____ **j.** Encarregado da Seção_____

k. Punições sofridas: _____

l. Motivos da demissão: _____

IV. a. Empresa: _____
b. Endereço:_____ **c.** CEP: _____

d. Bairro:_____ **e.** Cidade: _____ **f.** Estado: _____

g. Período em que trabalhou: de _____/_____/_____ à _____/_____/_____

i. Seção: _____ **j.** Encarregado da Seção_____

k. Punições sofridas: _____

l. Motivos da demissão: _____

33. Você já tentou anteriormente ingressar na Polícia Militar? **( ) Sim ( ) Não**. Em caso positivo, informe quantas vezes e quando, esclarecendo a fase em que foi reprovado e os motivos da reprovação:

_____

_____

_____

_____

Rubrica do candidato

32. Preste as seguintes informações a respeito de seu serviço militar:

a. Unidade em que você serviu: _____ **b.** Cia: _____

c. Endereço: _____

d. Cidade: _____ **e.** Estado: _____ **f.** CEP: _____

g. Tempo de Serviço: _____/_____/_____ à _____/_____/_____

i. Motivo da baixa: _____

F - INFORMAÇÕES ESCOLARES

33. Informe, a seguir, as escolas que você frequentou o ensino médio, superior e pós-graduação:

Período em que cursou	Curso	Série	**a)** Escola **b)** Endereço **c)** Cidade/Estado
			a) _____ b) _____ c) _____
			a) _____ b) _____ c) _____
			a) _____ b) _____ c) _____
			a) _____ b) _____ c) _____
			a) _____ b) _____ c) _____

G – OUTRAS INFORMAÇÕES

34. Você é motorista habilitado (a)? **( ) Sim ( ) Não**. Em caso positivo, forneça as seguintes informações:

a. Número da Carteira Nacional de Habilitação (CNH): _____

b. Número do registro da CNH: _____ **c.** Data da expedição: _____

d. Local da expedição: _____ **e.** Categoria: _____

Rubrica do candidato

f. Você já teve alguma vez a sua CNH apreendida, suspensa ou cassada? **( ) Sim ( ) Não**. Em caso positivo, informe o motivo (detalhes): _____

_____

_____

g. Você já esteve envolvido em acidente de trânsito ao dirigir veículo? **( ) Sim ( ) Não**. Em caso positivo, informe os detalhes do acidente, citando inclusive a Delegacia que registrou a ocorrência:

_____

_____

_____

35. Você possui algum veículo? **( ) Sim ( ) Não**. Em caso positivo, forneça as informações a seguir:

a. Marca: _____ **b.** Modelo: _____ **c.** Ano: _____

d. Cor: _____ **e.** Placa: _____

36. Você possui algum imóvel? **( ) Sim ( ) Não**. Em caso positivo, informe o endereço do imóvel:

_____

_____

37. Liste seus endereços de REDES SOCIAIS (WHATSAPP, SKYPE, PINTEREST, LINKEDIN, FACEBOOK, TWITTER, SNAPCHAT, INSTAGRAM, FLICKR, FOURSQUARE, GOOGLE+, TUMBLR, ENTRE OUTROS) – Deixa-as públicas.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INVESTIGAÇÃO SOCIAL

a. 01 (uma) foto 3X4 colorida com fundo branco e data recente;

b. 01 (uma) cópia reprográfica do RG ou outro documento de identificação oficial com foto;

c. 01 (uma) cópia reprográfica do comprovante da residência atual (água, luz, telefone, contracheque, etc.) e dos locais onde residiu nos últimos (05) cinco anos, dentro ou fora do Amapá (FAÇA E ANEXE NESTA FICHA, O CROQUI DE TODOS OS ENDEREÇOS DE SUAS RESIDÊNCIAS, ANTIGAS E ATUAL, COM PONTO DE REFERÊNCIA E RUAS PRINCIPAIS);

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA QUEM SERVIU AS FORÇAS ARMADAS E AUXILIARES:

a. 01 (uma) cópia reprográfica do Certificado de Reservista; e

b. 01 (uma) cópia reprográfica da Declaração de Comportamento ou do Diploma de Honra ao Mérito.

Rubrica do candidato

TERMO DE CIÊNCIA, DECLARAÇÃO E AUTORIZAÇÃO SOBRE A FICHA DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

DECLARO, na condição de candidato ao ingresso na **Guarda Civil Municipal de Macapá – GCMM**, que estou ciente de que as informações, dados e documentos constantes da presente Ficha de Informações Confidenciais possuem caráter pessoal e, conforme o caso, sigiloso, devendo seu acesso e tratamento observar a legislação aplicável, especialmente as disposições da **Constituição Federal**, da **Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação)**, da **Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais)**, da legislação municipal que rege a **Guarda Civil Municipal de Macapá**, em especial a **Lei Complementar nº 146/2022 – PMM**, e demais normas aplicáveis ao certame.

DECLARO, ainda, estar ciente de que as informações prestadas nesta Ficha serão utilizadas exclusivamente para os fins relacionados à **Etapa de Investigação Social**, integrante do concurso público para ingresso na Guarda Civil Municipal de Macapá, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade e da proteção à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, bem como que li atentamente todas as orientações constantes deste documento e respondi pessoalmente, de forma verdadeira e completa, a todas as questões nele apresentadas, assumindo a responsabilidade pelas informações prestadas.

AUTORIZO a Administração Pública Municipal e a Comissão responsável pelo certame a realizarem as diligências necessárias à verificação das informações por mim prestadas, inclusive mediante consulta e obtenção de dados e documentos junto a órgãos públicos, instituições de ensino, empregadores e demais fontes pertinentes, para fins de apuração de minha vida pregressa e atual, especialmente quanto à minha conduta escolar, profissional, funcional, ética e social, observada a legislação vigente e assegurado o sigilo das informações pessoais e das fontes, quando cabível.

ESTOU CIENTE de que a Investigação Social tem por finalidade verificar a idoneidade moral e a compatibilidade da conduta do candidato com as atribuições do cargo, nos termos da legislação e do edital, e de que devo comunicar à Comissão responsável pelo certame qualquer alteração relevante nas informações prestadas, especialmente aquelas relacionadas à minha vida pessoal, profissional, funcional, policial ou judicial, à habilitação para conduzir veículos e a outras situações que possam interferir nos requisitos do cargo.

ESTOU CIENTE de que a omissão de informação relevante, a apresentação de declaração falsa ou a prestação de informação incompleta, quando exigida pelo edital e pela legislação aplicável, poderá resultar nas consequências previstas nas normas do certame, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

Por fim, **DECLARO ESTAR CIENTE E DE ACORDO** com a realização da Investigação Social, bem como com o tratamento das informações pessoais fornecidas para essa finalidade, nos limites da legislação vigente e das regras estabelecidas no edital do concurso.

_____, _____de _____de _____.
(Cidade-UF)

_____
Assinatura do(a) candidato(a)

Nome: _____
Letra de Forma/Caixa alta

Prefeitura de Macapá